MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA
PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO

PROJETO BRA/04/029 - Segurança Cidadã

Projeto Pensando a Segurança Pública
Edital de Convocação nº 002/2015 – Seleção de Projetos

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, no âmbito do Projeto BRA/04/029 – Segurança Cidadã – firmado com a Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça – SENASP com o objetivo de fomentar pesquisas aplicadas no campo da segurança pública e da justiça criminal, bem como o de qualificar e subsidiar seu trabalho de elaboração de políticas públicas, torna pública a presente convocação para seleção de projetos e convida os interessados a apresentarem propostas, nos termos aqui estabelecidos.

1. CONTEXTO

1.1 - A Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP, órgão do Ministério da Justiça, tem como atribuições definir, implementar e acompanhar a execução da Política Nacional de Segurança Pública, incluindo os programas de prevenção e controle da violência e da criminalidade. Dentre suas atribuições constam a realização e o fomento de estudos e pesquisas que abordem o conhecimento mais aprofundado de determinadas práticas delituosas geradoras de insegurança e vitimização e de boas práticas sobre prevenção e a redução da violência, o desenvolvimento de novas tecnologias e técnicas de aprimoramento da gestão da política de segurança pública, dentre outros assuntos.

1.2 - A aproximação com as Universidades, Institutos e Centros de Pesquisa já vem sendo desenvolvida pela SENASP há alguns anos, seja por meio da realização de pesquisas pontuais, pela sua participação em fóruns acadêmicos e científicos, e em parcerias com as instituições de ensino na realização de cursos. Nesse último caso, destaca-se a Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública (RENAESP), responsável pelo

financiamento de cursos de pós graduação *lato sensu* em segurança pública e áreas afins em todo o país.

1.3 - Em meio a esse contexto que, em 2011, foi realizada a primeira edição do Projeto Pensando a Segurança Pública, com objetivo de desenvolver pesquisas cujos resultados pudessem subsidiar o desenvolvimento da política nacional de segurança pública. O Projeto seguiu a metodologia do projeto de sucesso "Pensando o Direito", editado pela Secretaria de Assuntos Legislativos (SAL) do Ministério da Justiça, também desenvolvido em parceria com o PNUD.

1.4 - Até o presente momento, foram realizadas três edições desse projeto, uma em 2011-12, outra em 2012-13 e outra em 2013-2014. Em conjunto, essas edições acumulam a produção de 43 pesquisas aplicadas, realizadas por grupos vinculados a universidades e organizações não governamentais de diferentes Unidades da Federação. Um edital de convocação para uma quarta edição foi lançado em julho deste ano. Este edital se propôs a fazer uma edição especial voltada para subsidiar o Pacto Nacional de Redução de Homicídios por meio da seleção de 9 organizações para a realização de uma pesquisa multicêntrica.

2 – OBJETO, OBJETIVOS E TEMAS

2.1 – O objeto deste quinto edital do Projeto Pensando a Segurança Pública é estabelecer parcerias com instituições públicas ou privadas para o desenvolvimento de pesquisas aplicadas de interesse da SENASP para a Segunda Conferência Nacional de Segurança Pública. Seu objetivo geral é o de fomentar uma edição especial do Projeto voltada para subsidiar os participantes e promover os debates deste evento. Serão financiadas, por meio da presente convocação, pesquisas com duração máxima de 7 meses e que se enquadrem nas áreas temáticas (ou temas) a seguir discriminados no Quadro I:

Quadro 1 – Áreas temáticas de Pesquisa

Item	Área temática de pesquisa	Valor Máximo previsto (reais)
A.1	Avaliação dos resultados da 1ª Conferência – de 2009 a 2015	120.000,00

A.2	Avaliação da implementação dos conselhos de segurança pública no Brasil	120.000,00
A.3	Mapeamento e avaliação de novos modelos de governança participativa nas políticas de segurança pública	120.000,00
A.4	Análise comparativa de aspectos orçamentários e financeiros da área de Segurança Pública	120.000,00
A.5	Análise comparativa da arquitetura organizacional da área de Segurança Pública	120.000,00
A.6	Direitos Humanos e Segurança Pública	120.000,00
A.7	Qualidade de Vida, sofrimento psíquico e vitimização do trabalhador nas Instituições de Segurança Pública	120.000,00
A.8	Letalidade policial	120.000,00
A.9	Políticas de Valorização Profissional, Qualidade de Vida no Trabalho e Gestão de Pessoas: levantamento de boas práticas e resultados alcançados	120.000,00
A.10	Intersetorialidade das políticas de Segurança Pública e de Assuntos Penitenciários	120.000,00
A.11	Intersetorialidade entre as políticas de Segurança Pública e sobre Drogas	120.000,00
A.12	Investigação e processamento do crime de homicídios e Avaliação das Câmaras técnicas de monitoramento	120.000,00
B.1	Homicídios no Brasil	120.000,00

2.2 - As propostas de pesquisas deverão contemplar as disposições técnicas estabelecidas pela Secretaria Nacional de Segurança Pública, nos termos do Anexo I desta convocação.

2.3 - Recomenda-se que na elaboração das propostas de cada uma das áreas temáticas sejam consideradas as dimensões de gênero, raça e etnia, além das possíveis diferenças regionais e geográficas do Brasil que tenham impacto sobre o objeto estudado.

2.4 - O Grupo A é composto por 12 temas acerca dos quais poderá ser selecionada somente 1 proposta de pesquisa para cada. O Grupo B é composto por 1 tema acerca do qual poderá ser selecionada até 3 propostas de pesquisa. Para que haja a seleção de mais de uma proposta de pesquisa no grupo B é necessário que os objetos da pesquisa sejam distintos.

2.5 - Serão selecionadas, no máximo, 15 propostas de pesquisa, podendo ocorrer remanejamento de vagas, caso não haja proposta selecionada em alguma área temática.

2.6 - Cada instituição poderá apresentar até 2 propostas de pesquisa no total, em áreas temáticas distintas, e ambas poderão ser selecionadas, desde que sejam apresentadas por equipes de pesquisa distintas.

2.7 - Dentro do período de vigência da parceria, formalizada mediante a assinatura de *Cartas de Acordo*, as instituições selecionadas comprometem-se a responder a questões

técnicas restritas à área temática sob sua responsabilidade a serem eventualmente formuladas pela Secretaria Nacional de Segurança Pública, com o intuito de qualificar os trabalhos desenvolvidos e de harmonizar a pesquisa acadêmica com as políticas públicas do campo da segurança e da justiça criminal.

3 – ELEGIBILIDADE E HABILITAÇÃO

3.1 - Serão consideradas elegíveis as faculdades e universidades, públicas ou privadas, fundações mantenedoras de apoio e amparo à pesquisa, centros de pesquisa e entidades não-governamentais que sejam organizações nacionais e que comprovadamente atuem ou realizem pesquisas relativas aos temas propostos.

3.2 - Para fins de comprovação das atividades de pesquisa, será dada preferência às instituições que possuam grupos de pesquisa ligados às áreas temáticas indicadas e cadastrados no Diretório dos Grupos de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) ou Programas de Pós-Graduação reconhecidos pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), com área de concentração ou linha de pesquisa ligadas às áreas temáticas indicadas neste edital.

3.3 - As instituições interessadas em participar do processo seletivo deverão apresentar a proposta composta por:

i. Projeto de pesquisa indicando: objeto, justificativa, questões norteadoras, objetivos/diretrizes de pesquisa, metodologia (método, instrumental técnico, estratégias para obtenção dos dados e definição da amostra, quando pertinente), cronograma, orçamento, contrapartida e bibliografia. O projeto deve seguir o modelo estabelecido no ANEXO III e não deve ultrapassar 20 laudas. Caso a mesma instituição deseje se candidatar a mais de uma área temática, deve apresentar um projeto de pesquisa para cada área, em que as equipes de pesquisa e seus respectivos coordenadores sejam diferentes entre si;

ii. O cronograma de realização da pesquisa deve contemplar a indicação precisa dos momentos de entrega dos produtos inicial e final, em conformidade com as datas do cronograma de desembolso indicado a seguir e no anexo III. As Cartas de Acordo deverão ser encerradas, impreterivelmente, até a data limite de **30 de junho de 2016**;

iii. O orçamento deve conter o detalhamento dos custos de execução da pesquisa e da utilização dos recursos oriundos do PNUD, contendo planejamento das ações que serão executadas com os recursos que estarão disponíveis em cada etapa da pesquisa (já considerando eventuais descontos decorrentes de taxas administrativas), devendo constar no mínimo 2 (dois) deslocamentos até Brasília/DF com recursos próprios da pesquisa, observando-se o cronograma de desembolso indicado a seguir e os prazos de entrega dos produtos. O orçamento deve seguir o modelo apresentado no Anexo IV deste Edital;

iv. A proposta de contrapartida institucional à parceria, que pode englobar desde a destinação de instalações físicas específicas até o aporte de recursos humanos ou financeiros ao projeto;

v. Anexo ao projeto deverá constar a apresentação da equipe de pesquisa, contendo a titulação, a natureza e o tipo de atividade que cada um desempenhará na pesquisa, além do currículo *lattes* de todos os integrantes, incluindo os endereços eletrônicos (e-mail) e os contatos telefônicos. Os currículos devem ser apresentados em versão impressa e digital (CD ou DVD). Utilizar modelo constante no Anexo V deste Edital;

vi. Também deverá ser apresentado anexo contendo a apresentação da experiência em pesquisa dos integrantes da equipe proponente, com ênfase na área temática de candidatura, nos últimos 05 anos. Para tanto, seguir o modelo constante no Anexo VI deste Edital;

vii. Deverão ser anexados ao projeto, ainda, comprovantes de regularidade fiscal, por meio dos seguintes documentos:

a) Contrato ou Estatuto Social e sua última alteração registrada;

b) Inscrição Municipal;

c) Inscrição Estadual;

d) Certidão Negativa de Débito Municipal;

e) Certidão Negativa de Débito Estadual;

f) Certidão Negativa de Débito Conjunta de Tributos Federais e Dívida Ativa da União;

g) Certificado de Regularidade de Situação do FGTS; e

h) Declaração de que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de que não emprega menor de dezesseis anos, ressalvado o emprego de menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

3.4 - **Caso qualquer um destes documentos não se aplique à instituição proponente, é necessário que a mesma apresente justificativa ou declaração da ausência deste documento.**

3.5 - As propostas poderão ser apresentadas em conjunto com outras instituições, desde que a parceria seja devidamente comprovada e que haja definição prévia e clara da divisão de trabalho no projeto. Um mesmo coordenador e uma mesma equipe de pesquisa não poderão estar em dois projetos de pesquisa aprovados, mesmo que em parceria com outras instituições.

3.6 - Ainda que outras instituições subscrevam a proposta de pesquisa selecionada, a instituição proponente será exclusivamente responsável por sua execução, não podendo transmitir tal responsabilidade a terceiros, nos termos da Carta de Acordo a ser formalizada.

3.7 - As propostas de pesquisa deverão ser assinadas, obrigatoriamente, pelo representante legal da instituição proponente. A assinatura do coordenador da pesquisa não supre essa exigência.

3.8 - Não será aceita a substituição da instituição proponente por outra. Essa vedação aplica-se inclusive a universidades e suas fundações de apoio ou mantenedoras. Caso a fundação de apoio seja a executora da pesquisa, ela deverá ser também a proponente.

3.9 – Não será permitida a prestação de serviços nos projetos selecionados de familiarrd de servidores que exerçam cargo em comissão ou função de confiança na Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça.

4 - CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DE PROPOSTAS

4.1 - As propostas de pesquisa apresentadas devem cumprir integral e rigorosamente os requisitos previstos neste edital, e serão selecionadas de acordo com os seguintes critérios de julgamento, cuja descrição e pontuação estão detalhadas no Anexo II:

- Critério I – Adequação ao tema e às diretrizes propostas (objeto, objetivos e justificativa);
- Critério II – Estratégia metodológica;
- Critério III – Estratégia de acesso ao campo e aos dados;
- Critério IV – Titulação dos membros da equipe de pesquisa;
- Critério V – Experiência dos membros da equipe na área temática de candidatura;
- Critério VI – Experiência dos membros da equipe em pesquisas empíricas e aplicadas.

4.2 - Compete ao proponente comprovar, quando da apresentação das propostas, o cumprimento dos critérios IV, V e VI e serão consideradas para avaliação as experiências dos últimos 5 anos. Deverão ser explicitadas nas propostas de pesquisa as informações pertinentes ao julgamento desses critérios, mesmo que constantes em currículos *lattes*, sites institucionais, diretórios e grupos de pesquisa publicamente disponíveis.

4.3 - Dar-se-á preferência a pesquisas interdisciplinares ou que contemplem em sua equipe a presença de profissionais das instituições de segurança pública e justiça criminal, quando for o caso e quando compatíveis com as diretrizes temáticas deste edital.

4.4 - As propostas poderão ser aprovadas de forma condicionada, dependendo a assinatura da Carta de Acordo do atendimento de todas as exigências feitas pelo Comitê de Avaliação.

4.5 - Após a divulgação dos resultados haverá uma reunião de alinhamento e orientação para o desenvolvimento das pesquisas. A contar da data desta reunião as equipes terão 15 dias para encaminhar os projetos de pesquisas consolidados[1].

4.6 - Caso o Comitê de Avaliação atribua o mesmo número de pontos a duas ou mais propostas, será utilizado como critério de desempate a localização da instituição proponente, sendo escolhida a proposta proveniente de Unidade da Federação que ainda não tenha sido contemplada no processo de seleção.

5 - APOIO FINANCEIRO AOS PROJETOS E CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

5.1 - Os recursos que serão aplicados na implementação das Cartas de Acordo a serem firmadas com as instituições selecionadas são oriundos do Projeto BRA/04/029 – Segurança Cidadã.

5.2 - O apoio financeiro destinado para cada proposta selecionada em cada um dos temas pesquisados será de até R$ 120.000,00, repassados em conformidade com o cronograma de desembolso a ser estabelecido na Carta de Acordo e descrito no Quadro 2.

Quadro 2 - Cronograma de Desembolso

1ª parcela	20% do valor no momento de assinatura da Carta de Acordo.
2ª parcela	30% do valor após a aprovação do Produto Inicial - projeto consolidado entregue até 02/12/2015.
3ª parcela	20% do valor após a aprovação do Produto parcial – caderno de debates, entregue até 15/02/2016.
4ª parcela	30% do valor após a aprovação do Produto Final, entregue até 30/06/2016.

6 - APLICAÇÃO DOS RECURSOS REPASSADOS E PRESTAÇÃO DE CONTAS

6.1 - Os recursos poderão ser utilizados para a remuneração do coordenador e dos membros da equipe de pesquisa, em partilha definida previamente pela própria instituição, bem como para os demais custos correlatos à realização do projeto, incluindo-se diárias e passagens para a realização de pesquisa de campo.

[1] O projeto de pesquisa consolidado contempla eventuais ajustes pactuados entre a instituição, a SENASP e o PNUD e será este o projeto válido para todos os efeitos.

6.2 - Conforme a Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2015 (Lei no. 13.080/ 2015) é vedado o pagamento de qualquer natureza a servidores públicos na ativa (Art. 18/ VIII), existindo apenas uma exceção aos professores de universidades públicas, desde que este esteja submetido a regime de trabalho que comporte o exercício de outra atividade e seja autorizado tanto pelo chefe imediato quanto pelo dirigente máximo do órgão de origem, a partir de uma declaração desses, expressando a inexistência de compatibilidade de horários e de comprometimento das atividades atribuídas ao professor (Art. 18, § 1o , VI, b, 2):

> Art. 18. Não poderão ser destinados recursos para atender a despesas com:
>
> (...)
>
> VIII - pagamento, a qualquer título, a agente público da ativa por serviços prestados, inclusive consultoria, assistência técnica ou assemelhados, à conta de quaisquer fontes de recursos;
>
> (...)
>
> § 1º Desde que o gasto seja discriminado em categoria de programação específica ou devidamente identificado em natureza de despesa específica na execução, excluem-se das vedações previstas:
>
> (...)
>
> VI - no inciso VIII do **caput**, o pagamento pela prestação de serviços técnicos profissionais especializados por tempo determinado, quando os contratados se encontrem submetidos a regime de trabalho que comporte o exercício de outra atividade e haja declaração do chefe imediato e do dirigente máximo do órgão de origem da inexistência de incompatibilidade de horários e de comprometimento das atividades atribuídas, desde que:
>
> a) esteja previsto em legislação específica; ou
>
> b) refira-se à realização de pesquisas e estudos de excelência:
>
> 1. com recursos repassados às organizações sociais, nos termos dos respectivos contratos de gestão; ou
>
> 2. realizados por professores universitários na situação prevista na alínea "b" do inciso XVI do art. 37 da Constituição Federal, desde que os projetos de pesquisas e os estudos tenham sido devidamente aprovados pelo dirigente máximo do órgão ou da entidade ao qual esteja vinculado o respectivo professor;
>
> (...). (grifos nossos)

6.3 - A instituição selecionada deverá **prestar contas dos gastos ao final da execução do projeto** de pesquisa e assume responsabilidade pela destinação dos recursos repassados, devendo observar eventuais impedimentos e vedações legais. **O prazo para prestação de contas é de 30 dias** após recebimento da última parcela e seu cumprimento é de responsabilidade da instituição selecionada.

7 - PRAZO E LOCAL PARA A ENTREGA DAS PROPOSTAS

7.1 - Os projetos deverão ser entregues ou postados por meio de SEDEX até o dia 9 de novembro de 2015 no seguinte endereço:

SENASP – SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA
Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública
Coordenação Geral de Pesquisa e Análise da Informação
SCN 06 - Torre A - 1º andar - Sala 112 -Edifício Venâncio 3000
CEP 70.716-900 - Brasília (DF)

7.2 - O envelope deverá estar identificado com a inscrição “Projeto Pensando a Segurança Pública - Edital nº 2/2015 – Edição Especial CONSEG” e com a identificação da instituição, contendo a proposta impressa em 01 via, em papel timbrado da instituição, rubricadas todas as folhas, datada e assinada na última folha pelo representante legal da instituição proponente, sem rasuras ou emendas, com as informações e documentos pedidos no item 2 deste Edital. A instituição também deverá entregar ou enviar a proposta completa em meio digital (CD ou DVD).

8 - JULGAMENTO

8.1 - A análise da proposta e da documentação apresentada em resposta à presente convocação será efetuada por um Comitê de Avaliação constituído por representantes do PNUD, da SENASP e, conforme o caso, por representantes de órgãos governamentais que tenham interesse nos temas selecionados.

8.2 - Também poderão ser convidados a integrar o Comitê professores e pesquisadores especializados em cada uma das áreas temáticas, desde que não tenham vinculação com nenhuma das instituições proponentes na respectiva área.

8.3 - O julgamento realizar-se-á mediante análise comparativa, em conformidade com os critérios desta convocação. As linhas temáticas para as quais forem apresentadas propostas consideradas insuficientes pelo Comitê de Avaliação não terão contratação.

9 - ANEXOS QUE INTEGRAM A CONVOCAÇÃO

9.1 - Integram este edital de convocação os seguintes anexos:

i. Anexo I – Temas e Disposições Técnicas de Pesquisa;

ii. Anexo II – Tabela de Critérios e de Pontuação Técnica;

iii. Anexo III – Modelo de apresentação da proposta (itens obrigatórios das propostas);

iv. Anexo IV – Modelo de apresentação do orçamento;

v. Anexo V – Modelo de apresentação da equipe de pesquisa;

vi. Anexo VI – Modelo de apresentação das experiências de pesquisa da equipe.

10 - ASSINATURA DA CARTA DE ACORDO COM AS INSTITUIÇÕES SELECIONADAS

10.1 - A não-apresentação ou a irregularidade de quaisquer dos documentos comprobatórios da regularização jurídico-fiscal das instituições selecionadas impede a assinatura das Cartas de Acordo, facultando ao Comitê de Avaliação da área temática a convocação da instituição cuja proposta tenha sido classificada em seqüência na ordem de classificação. Da mesma forma, o não atendimento aos ajustes pactuados na Reunião de Alinhamento com os representantes da SENASP, do PNUD e demais profissionais envolvidos quando da entrega do Projeto Consolidado impede a assinatura da Carta de Acordo.

11- DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS

11.1 - Os resultados do processo seletivo serão publicados na provável data de 29 **de novembro de 2015** no site do Ministério da Justiça (www.mj.gov.br). A divulgação dos resultados não implicará no direito ao apoio financeiro e técnico por parte da SENASP e/ou do PNUD.

12 - DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1 - As diretrizes para elaboração dos produtos estão disponíveis no Anexo I.

12.2 - A presente convocação poderá ser revogada ou anulada, no todo ou em parte, a qualquer momento, por iniciativa do PNUD ou da SENASP, sem que isto implique direito de indenização ou reclamação de qualquer natureza.

12.3 - A presente seleção é conduzida no âmbito do Acordo Básico de Assistência Técnica firmado entre a República Federativa do Brasil e a Organização das Nações Unidas, suas Agências Especializadas e outras, assinado em 29 de dezembro de 1964, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 11, de 25 de abril de 1966, e promulgado pelo Decreto nº 59.308, de 23 de setembro de 1966, e na esfera do Documento de Projeto BRA/04/029 – Segurança Cidadã.

12.4 - As instituições participantes da seleção reconhecem que o PNUD goza dos privilégios e imunidades a ele dispensados por força da Convenção sobre Privilégios e Imunidades das Nações Unidas de 1946, ratificada pelo Governo Brasileiro, e nada do que está contido no presente instrumento deverá ser interpretado como renúncia, tácita ou expressa, pelo PNUD a tais privilégios e imunidades.

13 - ESCLARECIMENTOS

13.1 - Quaisquer esclarecimentos ou informações adicionais deverão ser solicitados por escrito pelo endereço eletrônico pensandoaseguranca@mj.gov.br, colocando no assunto: “Pensando a Segurança Pública – Edição Especial CONSEG”.

ANEXO I – TEMAS E DISPOSIÇÕES TÉCNICAS DE PESQUISA

I. INTRODUÇÃO

Este anexo tem por objetivo geral apresentar os temas da edição especial do Projeto Pensando a Segurança focado na Segunda Conferência Nacional de Segurança Pública (Conseg). Os produtos desse edital foram desenhados para apoiar o processo de discussão e debate do evento em tela, e em especial a construção de diretrizes e de princípios. Para isto, para cada pesquisa selecionada está previsto o desenvolvimento dos seguintes produtos:

1. **Produto 1 — Projeto Consolidado**

   É o Documento do Projeto de Pesquisa, representando um detalhado delineamento da pesquisa pretendida. A respectiva versão preliminar, proposta pelo grupo de pesquisa, poderá ser aprimorada a partir de alterações sugeridas pela Senasp em uma reunião de alinhamento e acordadas com a equipe de pesquisadores.

2. **Produto 2 — Caderno de Debate**

   Caracteriza-se por ser um documento descritivo da área temática em estudo, conforme formato padronizado e diretrizes constantes deste Anexo. A peça final deverá ser impressa em formato de livro e deverá orientar o debate do público participante da Conseg no tocante à temática específica.

3. **Produto 3 - Conclusão da Pesquisa**

   Neste momento, deverão ser entregues dois documentos, que constituem em conjunto o produto final:

   a) **Produto 3.1 — Relatório Final**

   Trata-se de um relatório detalhado da pesquisa, com ampla transparência das escolhas e decisões de caráter teórico e metodológico tomadas durante pela

organização de pesquisa, tendo como princípio ulterior sua eventual continuidade por outros pesquisadores.

b) Produto 3.2 — Artigo Técnico

Constitui um texto, em formato de artigo, compreendendo reflexão abrangente acerca da temática descrita no Produto 2, à luz de referencial teórico pertinente, bem como dos resultados obtidos pelo emprego dos métodos previstos no Projeto Consolidado.

Além desta primeira seção, este anexo está organizado em mais duas seções. Na próxima seção, faz-se um delineamento da pesquisa no intuito de apresentar os principais conceitos que envolvem a realização da pesquisa, favorecendo uma compreensão ampliada dos produtos a serem contratados. A conceituação utilizada articula-se com elementos de metodologia científica no intuito de adequar a linguagem deste edital ao quotidiano dos pesquisadores. Tal seção decerto baliza o detalhamento dos produtos deste edital apresentados por temas de pesquisa, algo que acontecerá na última parte deste Anexo.

II. DELINEAMENTO DA PESQUISA

Por delineamento da pesquisa concebe-se uma apresentação de orientações gerais que regerão a execução da pesquisa pelas organizações contratadas. Estas orientações gerais pretendem contribuir para a elaboração das propostas de pesquisa previstas no edital, favorecer o direcionamento do trabalho de pesquisa das organizações e, ainda, guiar a elaboração dos produtos contratados.

Esta seção está organizada em três tópicos. Inicialmente, serão apresentados de forma mais aprofundada os objetivos do presente edital, contendo, basicamente, uma descrição da finalidade dos Cadernos de Debate e os Artigos Técnicos, produtos principais do edital. Em seguida, apresentam-se os temas de pesquisa que, muito provavelmente, comporão tópicos especializados de discussão na próxima Conferência Nacional de Segurança Pública (Conseg). Por fim, apresenta-se o objeto de pesquisa com orientações gerais acerca da produção do Caderno de Debate e do Artigo Técnico para as organizações

de pesquisa interessadas neste edital. As disposições técnicas para pesquisa apresentadas nesta seção poderão possibilitar uma compreensão de toda a pesquisa contratada e, principalmente, serão norteadoras do detalhamento dos temas de pesquisa, assunto objeto da última seção deste Anexo.

1) Objetivos específicos do edital

A proposta do presente edital dialoga com o binômio da generalidade-especialidade por requerer a entrega de produtos que sejam capazes, igualmente, tanto de apresentar para os participantes da CONSEG um conteúdo temático, e desta forma capacitando, sensibilizando e motivando o leitor para o debate. Nesse sentido, as organizações de pesquisa devem considerar o perfil dos leitores dos produtos a serem entregues. Como princípio, a generalidade deverá ser priorizada na elaboração do produto denominado Caderno de Debate, dando relevância ao aspecto descritivo da temática, incorporando uma perspectiva histórica, apontando a necessidade da temática e, por fim, entregando uma síntese para seu debate público. O Caderno de Debate objetiva promover, didaticamente, um nivelamento do conhecimento daquela temática junto ao público da próxima Conseg nos estados e municípios. Indiretamente, espera-se aprimorar a qualidade do debate previsto nas etapas preparatórias da Conferência, acelerar as discussões em direção a questões relevantes e elevar o senso crítico dos participantes quanto às diretrizes resultantes da própria Conferência.

Na outra ponta, o Artigo Técnico deverá aprofundar-se na reflexão acerca da temática, transcendendo aspectos meramente descritivos, com uso de referencial teórico e metodologia científica apropriados. Assemelhando-se ao modelo de artigo acadêmico, o artigo técnico tem como objetivo aprimorar o conhecimento acerca da temática, explorar novas possibilidades de abordagem, paradigmas ou lentes teóricas acerca dos principais problemas e lacunas existentes. O aspecto técnico do artigo caracteriza-se pela necessidade de focalização do problema de pesquisa em questões que, apesar de teóricas, tenham delimitação e uma justificativa prática convenientes à leitura dos operadores da segurança pública, em nível estratégico. Trata-se portanto de um conteúdo de caráter especializado

que poderá servir também para reflexão de outros stakeholders da área de segurança pública, presentes ou não na Conseg.

Em síntese, procurou-se apresentar neste tópico orientações gerais que contribuem para um primeiro delineamento da pesquisa na medida em que introduz a finalidade da investigação e produção autoral desejada. As peças a serem produzidas pela organização de pesquisa são complementares e poderão favorecer uma compreensão escalonada da temática no âmbito das discussões previstas na Conseg. No próximo tópico, aprofunda-se a compreensão da Pesquisa mediante a apresentação dos temas de pesquisa que serão objeto dos Cadernos de Debate e dos Artigos Técnicos.

2) Temas de Pesquisa

Por temas de pesquisa entende-se uma apresentação dos assuntos inerentes à construção especializada dos Cadernos de Debate e do Artigo Técnico pelas organizações de pesquisa a serem contratadas. Os conteúdos anunciados a seguir representam temáticas sensíveis ao debate público da segurança pública, sendo portanto relevantes para um mapeamento técnico e investigação científica. Buscam representar, assim, aspectos nucleares das discussões da próxima Conferência Nacional da Segurança Pública. O principal objetivo deste tópico é apresentar uma lista dos temas de pesquisa, indicando ainda aqueles para os quais mais de uma proposta poderá ser selecionada pela Administração, tudo isto no intuito de favorecer uma compreensão ampla das temáticas por parte das organizações de pesquisa.

Uma temática constitui uma delimitação teórica e prática do problema de pesquisa, amiúde presente no debate técnico, político ou social da área de conhecimento da segurança pública. A apresentação efetuada neste Anexo tem o intuito de apontar a importância da temática, visando sua inserção nos trabalhos da Conseg. Outrossim, a apresentação da temática caracteriza-se, num rigor acadêmico, bem mais como um esboço de justificativa prática da pesquisa e, portanto, deve-se afastar qualquer interpretação restritiva da produção intelectual dos pesquisadores contratados. O Quadro 1 apresenta as temáticas envolvidas nesta Pesquisa. Um detalhamento das temáticas pode ser encontrado na próxima seção,

aonde as justificativas e o objeto de pesquisa serão aprofundados para cada tema de pesquisa.

Por ocasião da seleção das propostas de pesquisa, algumas temáticas poderão ensejar a escolha de mais de uma proposta apresentada, tendo em vista critérios da organização interessada na pesquisa. Como convenção para elaboração deste Anexo, a identificação das temáticas sujeitas à seleção de múltiplas propostas de pesquisa pode ser vista no Quadro 1 e na itemização doravante utilizada neste documento, *e.g.*:

- A.# — As temáticas cuja itemização se inicia pela letra A poderão ter apenas uma proposta selecionada.
- B.# As temáticas cuja itemização se inicia pela letra B poderão ter até três propostas selecionadas.

Quadro 1 - Temáticas da Pesquisa

Item	Tema de pesquisa	Valor Máximo previsto (reais)
A.1	Avaliação dos resultados da 1ª Conferência – de 2009 a 2015	120.000,00
A.2	Avaliação da implementação dos conselhos de segurança pública no Brasil	120.000,00
A.3	Mapeamento e avaliação de novos modelos de governança participativa nas políticas de segurança pública	120.000,00
A.4	Análise comparativa de aspectos orçamentários e financeiros da área de Segurança Pública	120.000,00
A.5	Análise comparativa da arquitetura organizacional da área de Segurança Pública	120.000,00
A.6	Direitos Humanos e Segurança Pública	120.000,00
A.7	Vitimização do profissional de segurança pública	120.000,00
A.8	Letalidade policial	120.000,00
A.9	Políticas de Valorização Profissional, Qualidade de Vida no Trabalho e Gestão de Pessoas: levantamento de boas práticas e resultados alcançados	120.000,00
A.10	Intersetorialidade das políticas de Segurança Pública e de Assuntos Penitenciários	120.000,00
A.11	Intersetorialidade entre as políticas de Segurança Pública e sobre	120.000,00

	Drogas	
A.12	Investigação e processamento do crime de homicídios e Avaliação das Câmaras técnicas de monitoramento	120.000,00
B.1	Homicídios no Brasil	120.000,00

No decorrer deste tópico deu-se atenção aos temas de pesquisa. Mediante apresentação de uma listagem das temáticas que precisarão ser endereçadas de maneira escalonada pelas organizações de pesquisa, delimitou-se um pouco mais o trabalho autoral dos pesquisadores. Sobre cada um desses temas de pesquisas requer-se deste Anexo um aprofundamento adicional de maneira que o pesquisador possa adquirir esclarecimento melhor sobre o objeto de pesquisa contratado, assunto este tratado no próximo tópico.

3) Objeto de Pesquisa

Por Objeto de Pesquisa entende-se um conjunto de disposições técnicas que possibilitam a realização da pesquisa pela organização selecionada por este edital, exprimindo os parâmetros para a investigação intelectual a ser procedida. Dada a natureza da pesquisa qualitativa, uma investigação científica dessa vertente metodológica geralmente realiza a construção do objeto do pesquisa recorrentemente pelo contato do pesquisador com a literatura acadêmica apropriada e uma imersão num campo empírico pertinente[2]. Daí que certas disposições técnicas deste Anexo serão ponto de fulcro para atividades das organizações de pesquisa, servindo permanentemente à construção do objeto de pesquisa até a conclusão dos trabalhos científicos contratados. Ressalve-se que as disposições técnicas não esgotam o delineamento da pesquisa, visto que essa tentativa poderia inviabilizar a investigação científica da organização contratada pela via da restrição a propostas semelhantes ou aprimoradas. Também não pretendem restringir a pesquisa à modalidade qualitativa. Em suma, as disposições técnicas deste Anexo são ponto de partida para o trabalho intelectual dos pesquisadores, cabendo-lhes preencher lacunas teórico-metodológicas necessárias ao atendimento de requerimentos relativos ao rigor científico da investigação. Neste tópico, as disposições técnicas foram organizadas conforme o produto a

[2] DESLAURIERS, J.-P.; KÉRISIT, M. O delineamento da pesquisa qualitativa. In: POUPART, J. *et al.* (Ed.). *A Pesquisa Qualitativa*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2012. p. 127–153.

ser desenvolvido pela organização de pesquisa, a saber: Caderno de Debate, Relatório Final de Pesquisa e Artigo Técnico.

Relativamente ao Caderno de Debate, conforme já mencionado anteriormente nos objetivos da pesquisa (subitem II.1 deste Anexo), trata-se de um produto que privilegia uma apresentação didática da temática. Espera-se que os Cadernos de Debate sigam disposições técnicas de caráter descritivo e metodológico. No tocante ao caráter descritivo, conforme já mencionado anteriormente (subitem II.1 deste Anexo), o material deverá ser capaz de introduzir uma temática ao público participante da próxima Conseg. Grosso modo, almeja-se um produto que, incorporando uma perspectiva histórica, mostre a necessidade e a relevância da temática. A fim de favorecer à focalização desse Caderno de Debate faz-se na próxima seção uma breve apresentação conteúdos eventualmente desejados pelo público da segurança pública, por vezes oriundos de questionamentos típicos do debate público atinente à temática e da própria polêmica das discussões. Nesse sentido, deseja-se que a sensibilidade do pesquisador à bibliografia em análise (artigos, livros e documentação pertinentes) sirva para estabelecer um conteúdo do Caderno que nivele e permeie as futuras discussões da temática, favorecendo a construção de um texto didático e instrutivo ao público participante da próxima Conseg. Embora os conteúdos sugeridos sejam altamente desejáveis num Caderno de Debate, cabe ao responsável pelo produto, por ocasião da entrega do produto 1, indicar e justificar a relevância de um conteúdo não sugerido constar (ou outro sugerido não-constar) de sua peça intelectual.

No que se refere ao aspecto metodológico para elaboração deste Caderno de Debate privilegia-se a utilização da bibliografia relacionada à temática, assim também a utilização de fontes documentais oferecidas pela Secretaria Nacional de Segurança Pública, tal como a documentação da 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública em 2009. Esse trabalho de análise documental também poderá ser aprimorado a partir de documentos coletados pela própria organização de pesquisa. A bibliografia, espera-se, deverá respaldar uma elaboração de texto pautada pelos conhecimentos teórico-empíricos acerca do tema de pesquisa, visando uma construção textual capaz de descrever a temática segundo a experiência empírica encontrada na literatura acadêmica. A utilização de fontes documentais centradas no debate público sobre a segurança pública poderá complementar a descrição da temática.

No tocante ao Relatório Final de Pesquisa, trata-se de um produto que, grosso modo, atende a requisitos de "transferibilidade" da pesquisa a outros pesquisadores, interessados em retomar o estudo realizado. Destarte, o relatório final de pesquisa possui o intento de possibilitar ao leitor uma compreensão detalhada da pesquisa empreendida e, assim procedendo, uma reflexão aprofundada acerca[3]: (i) do posicionamento do estudo em relação a perspectivas filosóficas ou paradigmas teóricos; (ii) da abordagem do estudo (e.g., estudo de caso, etnografia); (iii) da eventual modelagem teórica do estudo; (iv) do método de coleta de dados; (v) da escolha e obtenção das fontes de dados; (vi) do eventual método de análise empregado; (vii) das limitações metodológicas identificadas; (viii) dos resultados da pesquisa; (ix) das limitações do estudo relacionadas à metodologia empregada (e.g., vieses relativos de análise ou de coleta dos dados) e/ou a aspectos teóricos trabalhados (e.g., vieses inerentes a suposições ou interpretações adotadas); (x) da ética inerente à pesquisa (e.g., do livre e esclarecido consentimento para participação da pesquisa, do sigilo das informações relatadas); (xi) da estratégia de validação utilizada. (xii) do eventual aprimoramento teórico (e.g., lacunas teóricas descobertas, proposições teóricas) ou metodológico da pesquisa (e.g., aperfeiçoamento ou extensão da coleta ou da análise de dados). A lista enumerada serve como mais indicativo da importância da relatoria de pesquisa do que de formato rígido de redação. Ademais, as estratégias de relatoria científica mais apropriadas sempre dependerão da abordagem de estudo escolhida pelo pesquisador[4] e da ênfase de sua investigação. Concebe-se, então, que a elaboração do relatório reside no compromisso de transparência do pesquisador quanto ao trabalho produzido visando tanto à validação do estudo, quanto à continuidade de sua linha de investigação científica noutras ocasiões futuras.

Em relação ao Artigo Técnico, conforme anteriormente mencionado, trata-se de um produto dirigido a reflexões aprofundadas na respectiva temática de estudo. À semelhança do Caderno de Debate, certas disposições técnicas são necessárias para balizamento do delineamento da pesquisa pelas organizações de pesquisa. Assim, estas disposições técnicas possuem podem ser classificadas em duas categorias. A primeira são as questões orientadoras. Estas pretendem guiar o pesquisador na elaboração da pergunta de pesquisa e

[3] CRESWELL, J. W. *Qualitative Inquiry & Research Design — Choosing Among Five Approaches*. 3. ed. [S.l.]: Sage Publications, 2013.
[4] CRESWELL, ibidem, Cap. 9.

dos objetivos específicos, na delimitação da pesquisa e na focalização da investigação intelectual. Não esgotam a construção do objeto de pesquisa, mas devem ser consideradas de alta relevância na execução do trabalho de pesquisa, sendo pacífico, salvo melhor juízo, que as respostas oferecidas a algumas destas perguntas terão importância sobrelevada por ocasião da aprovação final do produto entregue. Naturalmente as questões orientadoras não circunscrevem a investigação científica. Muito pelo contrário, espera-se, sejam capazes de instigar a curiosidade científica acerca do problema de pesquisa relacionado ao próprio levantamento de respostas a estas indagações. Afinal, estes questionamentos estão incrustados numa conjuntura cujo desejo de compreensão ampliada legitima a própria investigação científica.

Em termos acadêmicos, estas questões orientadoras atendem a recomendações típicas da pesquisa qualitativa, conforme diversos autores: (i) implica o desdobramento da pergunta da pesquisa em subquestões relacionadas a pesquisas anteriores[5]; (ii) possibilita a aproximação da pergunta da pesquisa junto a áreas de investigação[6]. E ainda, seriam questionamentos que ajudam o pesquisador, dentre outras instigações, no seguinte[7]: (i) dizem ao pesquisador aquilo que ele quer saber mais e primeiro; (ii) torna a coleta de dados mais focada; (iii) faz o pesquisador começar a tomar decisões implícitas de amostragem dos dados; (iv) aponta o pesquisador na direção a meios de coletas de dados; (v) favorecem a operacionalização de um framework conceitual; (vi) podem tornar as premissas teóricas iniciais ainda mais explícitas. Em suma, as questões orientadoras apresentadas adiante para cada temática constituem um meio para elaboração da proposta de pesquisa, e não um fim em si mesmo no desenvolvimento da investigação.

A segunda categoria de disposições técnicas para a elaboração do artigo técnico são de caráter metodológico. Elas se subdividem em dois grupos: algumas disposições técnicas de caráter metodológico são diretivas, sendo enunciadas na forma de recomendação. Nestes casos, ainda que o atendimento a determinada recomendação não seja totalmente obrigatório, pretende-se, salvo melhor juízo, que esta disposição dirija uma parcela da investigação científica. O segundo subgrupo são as disposições técnicas de caráter

[5] FLICK, U. *Introdução à metodologia de pesquisa: um guia para iniciantes*. [S.l.]: Ed. Penso, 2013. pp. 137-138.
[6] CRESWELL, *Ibidem*, p. 140.
[7] MILES, M. B.; HUBERMAN, M. A.; SALDAÑA, J. *Qualitative Data Analysis: A Methods Sourcebook*. 3. ed. [S.l.]: Sage Publications, 2014. p. 26.

metodológico propositivas, sendo que estas são enunciadas na forma de sugestão. Nestes casos seu objetivo é de apenas estimular a curiosidade e o espírito científico do pesquisador por meio da proposição de referências bibliográficas e métodos de pesquisa que podem atender de forma profícua os intentos de determinada temática. Nestes casos a organização de pesquisa pode elaborar sua proposta sem necessariamente segui-la. Elas buscam auxiliar o desenvolvimento deste produto final. Trata-se de uma enumeração de possibilidades de investigação, tendo em vista a experiência da Administração na gestão e acompanhamento da segurança pública. Entre as possibilidades mais comuns estão a indicação de documentação peculiar ou de entrevistas específicas, mas também a eventual coleta dados de questionários eletrônicos junto ao público da segurança pública anteriormente capacitado pela Senasp. Ou mesmo a utilização de dados ou informações do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e sobre Drogras (Sinesp), dos dados sociodemográficos do IBGE ou outras políticas públicas. A depender da proposta de trabalho (produto 1) trazida pela organização de pesquisa as diretrizes poderão ser aperfeiçoadas no intuito de viabilizar o campo da pesquisa e permitir maior aderência ao problema de pesquisa concebido pelos pesquisadores.

Ao longo deste tópico procurou-se apresentar disposições técnicas inerentes aos Cadernos de Debate, aos Relatórios de Pesquisa e ao Artigo Técnico. A diretiva propiciada por estas disposições técnicas expressa a importância dada por este Anexo, de estabelecer, a priori, um esboço do objeto de pesquisa, deixando lacunas suficientes para que a experiência, capacidade e criatividade científica dos pesquisadores sejam instigadas adequadamente. Indiretamente, tratam também de apontar aspectos de metodologia científica relevantes para uma futura aprovação dos produtos, haja vista requisitos de eficácia e eficiência do desembolso de recursos públicos da Administração. Para uma completa compreensão desta seção cabe um detalhamento das temáticas e das disposições técnicas correspondentes, assunto tratado na próxima parte deste Anexo.

III. DETALHAMENTO DOS TEMAS DE PESQUISA

No decorrer das próximas páginas, apresentam-se as temáticas que poderão ser inseridas no âmbito da próxima Conferência Nacional de Segurança Pública. Conforme

mencionado na seção anterior, os temas de pesquisa são apresentados mediante uma descrição de sua importância para a investigação científica, assemelhando-se, em termos acadêmicos, a uma espécie de justificativa prática para a pesquisa. A itemização adotada está relacionada ao Quadro 1, exprimindo a possibilidade de que mais de uma proposta de pesquisa possa ser selecionada pela Administração. Por fim, logo depois de cada justificativa, apresentam-se as disposições técnicas inerentes ao Caderno de Debate (disposições técnicas de caráter descritivo e de caráter metodológico) e ao Artigo Técnico (as questões orientadoras e as disposições técnicas de caráter metodológico).

A.1 Avaliação dos resultados da 1ª Conferência – de 2009 a 2015

A primeira Conferência Nacional de Segurança ocorreu no ano de 2009. Tratou-se de um amplo processo participativo, cujo desfecho na etapa nacional foi antecedido por um amplo debate realizado durante as conferências municipais e estaduais, além de uma série de outras atividades reflexivas e participativas. A primeira conferência aconteceu por meio de um esforço significativo esforço por parte do Ministério da Justiça em mapear e unir diversos atores chave que comporiam o debate e a proposição de princípios e diretrizes para orientar as políticas de segurança pública. Esses atores se dividiram principalmente entre sociedade civil, profissionais da segurança pública e do poder público. Para se ter uma dimensão dos números, participaram das 27 etapas estaduais e da distrital 17.439 pessoas. E, na etapa Nacional, foram 3.060 participantes. Ademais, ocorreram também 69 conferências livres, com 4.890 participantes[8].

O processo de diálogo teve como resultado a definição de uma série de princípios e diretrizes. Seis anos depois, o Ministério da Justiça está empenhado com a realização de uma nova conferência e é salutar compreender quais foram os principais resultados pós-conferência e como determinadas pautas foram inseridas no debate e políticas de segurança pública. Resta, ainda, compreender quais pautas ainda estão presentes e irão compor essa nova conferência e quais as similaridades ou divergências entre o que foi discutido há seis anos atrás e o que poderá ser discutido daqui alguns meses.

[8] BRASIL. Ministério da Justiça. **Relatório final da 1ª. Conferência Nacional de Segurança Pública**. Brasília: Ministério da Justiça, 2009.

A.1.1 Caderno de Debate

Conforme enunciado na seção precedente deste Anexo, as disposições técnicas deste Caderno de Debate são as seguintes:

a) Disposições técnicas de caráter descritivo

Postula-se que este Caderno de Debate permita ao leitor, pelo menos:

1. contextualizar-se acerca do que é uma conferência, bem como de seu papel na construção de políticas públicas;
2. conhecer os antecedentes históricos da atual proposta de conferência na área de segurança pública;
3. contextualizar-se acerca dos principais avanços na agenda da área segurança pública em decorrência da realização da primeira conferência, bem como dos temas que estão atualmente na agenda de discussões; e
4. sensibilizar-se acerca da importância de mecanismos de participação popular nos processos de tomada de decisão em políticas públicas.

b) Disposições técnicas de caráter metodológico

1. Recomenda-se a utilização de artigos, livros e conteúdos de meios de comunicação com foco neste tema de pesquisa, buscando aportar a este Caderno de Debate material embasado na literatura acadêmica e na documentação existente.
2. Considerar que, à parte conteúdos obtidos pela organização de pesquisa selecionada, também estarão acessíveis aos seus pesquisadores os cadernos temáticos e o Relatório Final da 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública em 2009.

A.1.2 Artigo Técnico

a) Questões orientadoras

1. Quais as diretrizes da primeira conferência que foram seguidas de ações visando a sua implementação? Quais são as relações entre as discussões ocorridas em 2009 e esta implementação? Quais foram os resultados destas ações de implementação?
2. É possível se constatar que os resultados retromencionados geraram algum impacto na área de segurança pública?

3. A partir da análise de dados coletados, quais as vantagens ou desvantagens na adoção de conferências periódicas na área de Segurança Pública?
4. Quais pautas ainda estão presentes e quais as similaridades ou divergências entre o que foi discutido há seis anos atrás e o que poderá ser discutido em uma nova conferência?
5. Há assuntos emergentes e consensuais sobre a segurança pública nos últimos anos que podem ser objeto de discussão em uma nova conferência?

b) Disposições técnicas de caráter metodológico

1. Recomenda-se contemplar documentos disponibilizados pela Senasp (Cadernos Temáticos e Relatório Final da Conferência, dentre outros); e

2. Sugere-se prever a realização de entrevistas ou de outros métodos de pesquisa qualitativa com amostragem por saturação para coleta de dados junto a profissionais ou gestores da área de segurança pública, participantes da primeira conferência e membros do Conselho Nacional de Segurança Pública - Conasp.

A.2. Avaliação da implementação dos conselhos de segurança pública no Brasil

O estabelecimento de conselhos de segurança e de outras instâncias de participação foram algumas das diretrizes votadas na Conferência de 2009. De uma forma geral, tratava-se de criar, implantar, estruturar ou reestruturar em estados, municípios e comunidades conselhos de segurança com poderes consultivos, deliberativos, propositivos e avaliadores das Políticas Públicas de Segurança. As diretrizes aprovadas incluíam a previsão de conselhos com representação paritária e proporcional e com dotação orçamentária própria, a fim de garantir a sustentabilidade e condições necessárias para seu efetivo funcionamento[9].

A criação de conselhos se relaciona com três idéias que ganham força nos anos 1980 e se consolidam na década de 1990. Trata-se, primeiramente, da perspectiva de que as políticas sociais deveriam contar com a participação popular. Em segundo lugar, que essa

[9] BRASIL. Ministério da Justiça. **Relatório final da 1ª. Conferência Nacional de Segurança Pública**. Brasília: Ministério da Justiça, 2009.

participação deveria ter em conta as especificidades dos contextos locais e municipais e, finalmente, que a democracia representativa seria um modelo elitista, e seria necessário investir em instâncias participativas.

A composição de conselhos participativos ganhou força em pastas como a saúde, educação e assistência social, mas a história dos conselhos de segurança pública é ainda bastante recente. A primeira Conseg reavivou o debate sobre os conselhos e as propostas de implementá-los. Dada a relevância dos Conselhos para a participação popular e, inclusive, para a realização da Conseg e sendo que duas das principais diretrizes se relacionam com este tema, é fundamental conhecer quais são os conselhos, como esses estão organizados e quais as suas influências na formulação e participação da próxima Conseg.

A.2.1 Caderno de Debate

a) Disposições técnicas de caráter descritivo

Postula-se que este Caderno de Debate permita ao leitor, pelo menos:

1. conhecer quais os referenciais teóricos que defendem a existência de conselhos de segurança pública federais, estaduais, municipais e locais/comunitários; bem como os modelos descritos na literatura, suas possibilidades, limitações e articulações com outras instâncias de participação e tomada de decisão;
2. conhecer quais são os conselhos existentes na área de segurança pública, bem como suas atribuições, suas formas de constituição e suas estruturas organizacionais;
3. compreender qual a articulação dos conselhos com a sociedade civil, com as corporações e com os profissionais de segurança pública;
4. compreender as relações entre os conselhos existentes e outras instâncias de participação social, tal como a primeira Conseg, os Diálogos Regionais de Segurança Pública e os gabinetes de gestão integrada (GGI).

b) Disposições técnicas de caráter metodológico

1. Recomenda-se fazer revisão bibliográfica dos referenciais teóricos relativos à governança participativa, bem como a documentação da 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública em 2009 (Cadernos Temáticos e Relatório Final da Conferência).
2. Sugere-se realizar mapeamento, por meio de pesquisa documental ou pesquisa quantitativa, sobre quais são os conselhos existentes no país, como estão organizados, e suas principais atribuições.

A.2.2 Artigo Técnico

a) Questões orientadoras

1. Em que medida e como os conselhos de segurança pública subsidiam ou participam de processos decisórios na área de segurança pública?
2. Quais foram as principais atribuições dos conselhos presentes nas conferências nos últimos seis anos?
3. Quais foram as principais resoluções ou decisões realizadas pelos conselheiros?
4. Qual a percepção dos conselheiros de seus papéis?
5. Haveria diferenças na atuação de um Conselho da área de segurança pública em relação a conselhos da área social tradicional?
6. Em que regiões do país os conselhos adquiriram maior eficácia no exercício de suas atribuições? Quais os fatores que contribuíram para que isto ocorresse?
7. Existem outras instâncias de participação social que não os conselhos? Como elas funcionam e como elas se articulam com os conselhos?

b) Disposições técnicas de caráter metodológico

1. Recomenda-se Contemplar documentos disponibilizados pela Senasp (Cadernos Temáticos e Relatório Final da Conferência, dentre outros;
2. Sugere-se realizar análise em profundidade de dados obtidos por meio de mapeamento sobre os conselhos existentes no país;
3. Sugere-se realizar entrevistas ou aplicar questionários com gestores ou profissionais de segurança pública e/ou conselheiros.

A.3 Mapeamento e avaliação de novos modelos de governança participativa nas políticas de segurança pública

A importância do diálogo participativo para a implementação, gestão e financiamento de políticas públicas é um tema bastante presente nos debates sobre governança atualmente. Na medida em que os próprios governos assumem um papel propulsor na ampliação da participação pública, torna-se urgente buscar novas abordagens capazes de integrar a dimensão governamental com atores sociais capazes de canalizar as demandas dos diferentes grupos sociais.

Além dos diversos conselhos de segurança, resta saber quais outras instâncias permitem a colaboração da sociedade civil com as políticas de segurança pública como, por exemplo, ouvidorias, pesquisas, audiências públicas, conselhos de outras políticas públicas, gabinetes de gestão integrada, dentre outros.

A participação política da sociedade civil no Brasil tem um contexto recente. Após a abertura política e as primeiras eleições democráticas, a democracia foi aos poucos tomando corpo, mas com maior peso em seu caráter representativo. A partir dos anos 80 o diálogo sobre participação social se intensificou, principalmente na área da saúde. A segurança pública, contudo, apresentou maiores resistências para a abertura ao diálogo e acompanhamento de políticas e condutas com a sociedade civil[10]. Poucas são as ouvidorias independentes e se desconhece o real papel dos conselhos de segurança.

Ademais, existe uma série de críticas acerca dos conselhos como melhores espaços de participação social. Elabora-se que esses são instâncias com pouco poder de decisão, ou com diálogo restrito com a sociedade civil, já que boa parte deles funciona de forma representativa e os conselheiros, não raro, fazem parte do Estado[11]. Nesse sentido, faz-se necessário conhecer outros modelos de participação além dessas instâncias. Por exemplo, certas políticas públicas empregam ainda audiências/consultas públicas, reuniões com

[10] LANDIM, L; SIQUEIRA, R. Trajetos da Violência, da Segurança Pública e da Sociedade Civil na Cidade do Rio de Janeiro. Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.- Brasília : Rio de Janeiro: Ipea, 2013.

[11] LYRA, R. P. (org.). *Participação e Segurança Pública no Brasil*: teoria e prática. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2009.

grupos de interesse ou elaboração de planos plurianuais (PPA) participativos[12]. Além de entender os instrumentos existentes, também se deseja melhor caracterizar os desenhos de participação social da área de segurança pública[13].

A.3.1 Caderno de Debate

a) Disposições técnicas de caráter descritivo

Postula-se que este Caderno de Debate permita ao leitor, pelo menos:

1. entender e refletir acerca da importância de instâncias de participação social;
2. conhecer experiências de participação da sociedade civil na segurança pública implementados no Brasil, suas vantagens e limitações;
3. conhecer modelos participativos de outras áreas, tais como saúde, educação, poderiam ser comparados à segurança pública;
4. conhecer modelos participativos de segurança pública implementados em outros países;
5. conhecer quais os principais empecilhos para a participação popular na segurança pública.

b) Disposições técnicas de caráter metodológico

1. Realizar pesquisa bibliográfica e documental sobre espaços participativos implementados relacionados ao campo da segurança pública brasileira e de outros países, bem como em outros campos em nosso país;
2. Realizar pesquisa documental e/ou bibliográfica acerca de modelos de sucesso de participação na segurança pública internacionalmente e/ou comparativa sobre modelos e avaliações de participação de outras pastas, como saúde e/ou educação e a segurança pública.

[12] PIRES, R.; VAZ, A. Participação social como método de governo? Um mapeamento das interfaces socioestatais no governo federal. Texto para discussão 1707, Ipea, Brasília, 2012.
[13] Vide AVRITZER, L. The different designs of public participation in Brazil: deliberation, power sharing and public ratification. Critical Policy Studies. Vol. 6, No. 2, July 2012, UFMG, p. 113–127.

A.3.2 Artigo Técnico

a) Questões orientadoras

1. Que instrumentos de participação social, além dos conselhos, podem ser encontrados na política de segurança pública dos diferentes entes federativos?
2. Em que medida estas experiências de participação conseguem influenciar e acompanhar os processos de tomada de decisão relacionados com as políticas de segurança pública?
3. A segurança pública enquanto política pública possui peculiaridades que restringem ações de promoção da participação social?
4. Comparativamente a outras políticas públicas, como pode ser caracterizado o estágio de desenvolvimento da participação social na área de segurança pública nos diferentes entes federativos?
5. A participação social nas políticas da segurança pública têm sido importante para aprimoramento da tomada de decisão dos agentes públicos?
6. Que boas experiências estaduais e municipais existem de participação social que podem ser aproveitadas por outros órgãos ou governos?

b) Disposições técnicas de caráter metodológico

1. Sugere-se realizar entrevistas, grupos focais ou aplicar questionários com gestores ou profissionais de segurança pública; ou
2. Sugere-se realizar avaliações de instrumentos de participação social cuja experiência possa servir de modelo para outros órgãos ou governos.

A.4 Análise comparativa de aspectos orçamentários e financeiros da área de Segurança Pública

O governo federal, as Unidades da Federação e os municípios possuem competências diferentes na área de Segurança Pública. No governo federal, o Brasil possui organizadas duas polícias federais (o Departamento de Polícia Federal e o Departamento de

Polícia Rodoviária Federal), e diversas secretarias voltadas para o tema no Ministério da Justiça (como exemplo a Secretaria Nacional de Segurança Pública, a Secretaria Extraordinária de Segurança de Grandes Eventos). Além disso, outros ministérios passaram a se envolver com esta temática, como a Secretaria Nacional de Defesa Civil do Ministério da Integração Nacional (que se relaciona com os Corpos de Bombeiros) e o Ministério da Defesa (por meio do emprego do exército em operações policiais) Nas Unidades da Federação, coexistem polícias civis, corpos de bombeiros militares, polícias militares e eventualmente órgãos de perícia independentes. Os municípios brasileiros possuem discricionariedade para criar guardas municipais ou não. Mais recentemente, foram inclusos na área de Segurança Pública as agências estaduais, municipais e distritais de Segurança Viária, o que complexificou e fracionou ainda mais este campo[14].

Esta divisão de atribuições se tornou mais intrincada com o maior envolvimento por parte do governo federal com a Segurança Pública, em especial com a política de repasses de recursos orçamentários do governo federal para Unidades da Federação e municípios. Esta se iniciou pela constituição em 1999 do Fundo Nacional de Segurança Pública, destinado a princípio para o reaparelhamento e modernização administrativa das polícias estaduais. Progressivamente, a União foi se envolvendo com a segurança para a realização de grandes eventos, tais como os Jogos Pan Americanos de 2007, a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016, aumentando seus gastos neste campo. E também se deve considerar o surgimento em 2007 do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI, que passou, dentre outras ações, a conceder bolsas para policiais que realizassem cursos de qualificação profissional.

Este crescente envolvimento, todavia, tem se dado de forma diferente do que é verificado com as demais políticas sociais no âmbito federal. No caso de outras políticas, a criação de instâncias interfederativas e de participação social, a transferência de recursos orçamentários entre fundos federais e fundos das unidades subnacionais e a criação de sistemas de políticas públicas tem permitido melhorias na implementação de diversas políticas setoriais.

[14] BAPTISTA, G. C. Por uma política pública de redução de homicídios no Brasil. **Revista Políticas Públicas e Gestão Governamental**. Especial Eleições. Vol. 13, no. 2, Jul/Dez, 2014: 72.

Por conseguinte, constitui um subsídio relevante para a próxima Conseg a análise do financiamento da segurança pública no Brasil e a análise comparativa com outras políticas sociais.

A.4.1 Caderno de Debate

a) Disposições técnicas de caráter descritivo

Postula-se que este Caderno de Debate permita ao leitor, pelo menos:

1. Conhecer qual a estrutura de financiamento da Segurança Pública, bem como entender a relação entre a divisão de recursos orçamentários e as competências de cada ente federado e de suas organizações;
2. Conhecer as diferenças dessa estrutura de financiamento com o de outras políticas públicas, tais como, por exemplo, a educação, a assistência social e a saúde;
3. Conhecer quais as limitações e possibilidades apontadas na literatura relativa ao modelo de orçamento e financiamento da Segurança Pública;
4. Conhecer quais as principais propostas de mudança.
5. Refletir acerca da necessidade de reorganização das atribuições e da divisão de recursos orçamentários dos entes federados no campo da segurança pública.

b) Disposições técnicas de caráter metodológico

1. Recomenda-se revisão bibliográfica e documental que permita a descrição e análise da forma de financiamento da Segurança Pública no âmbito federal, estadual, distrital e municipal.
2. Recomenda-se escolher uma área social, tal como a saúde, a assistência social ou a educação e realizar análise comparativa acerca do financiamento da segurança pública.

A.4.2 Artigo Técnico

a) Questões orientadoras

1. Tomando-se estatísticas internacionais, como se pode classificar o gasto em segurança pública brasileiro?
2. Que modelos de financiamento da segurança pública se destacam ao redor do mundo? Como o modelo brasileiro pode ser classificado?
3. Qual a estrutura, a composição e fontes de financiamento do gasto em segurança pública?
4. Que conclusões podem ser tiradas da comparação entre o gasto em segurança pública e aquele realizado com outras políticas sociais mais tradicionais (*e.g.*, a educação, a assistência social e a saúde)?

b) Disposições técnicas de caráter metodológico

1. Realizar entrevistas, grupos focais ou aplicar questionários com gestores ou profissionais de segurança pública; ou
2. Contemplar dados e informações sociodemográficos do IBGE, dados dos sistemas de gestão orçamentária do governo federal, estados e municípios, bem como outras estatísticas oficiais.

A.5 Análise comparativa da arquitetura organizacional da área de Segurança Pública

A formação das instituições policiais se confunde com a formação dos Estados Nacionais[15] e suas transformações históricas e sociais. Diversas polícias se formaram por meio do fracionamento dos exércitos nacionais. A necessidade de patrulhamento do interior dos territórios dos Estados Nação visando à manutenção da ordem pública e do poder real e deram origem a instituições policiais de cunho militar e de competência nacional, tais como a *Gendarmerie* francesa. Outras polícias surgiram diante das demandas administrativas originadas pelo crescimento das cidades, nestes casos dando origem a instituições civis

[15] Cf. BAPTISTA, G. C. (2014). Por uma política pública de redução de homicídios no Brasil. **Revista Políticas Públicas e Gestão Governamental**. Especial Eleições. Vol. 13, no. 2, Jul/Dez, 2014: 72.

diversas, ora de cunho nacional, tal como a Polícia Nacional (França), ora municipal (Estados Unidos), estadual (Alemanha) ou regional (Grã-Bretanha)[16].

No Brasil, a configuração atual das instituições policiais e das competências das instituições do sistema Judiciário e de segurança pública teve seu início no final do período imperial (1831)[17], se consolidando apenas em 1967, durante a última Ditadura Militar, com a divisão das principais atribuições neste campo entre duas categorias de organizações: uma civil e outra militar, cabendo a primeira a investigação (polícia judiciária) e a segunda o patrulhamento ostensivo (polícia militar), coexistindo com uma polícia federal com atribuições bastante específicas. A Constituição de 1988 fez mudança pontuais nesta configuração, prevendo apenas a criação de polícias federais para patrulhamento de estradas e ferrovias e a possibilidade de criação por parte dos municípios de guardas municipais, com vistas à proteção dos bens, serviços e instalações municipais, conforme o § 8º. do Art. 144.

Ademais, mais recentemente, outros órgãos tem sido criados no âmbito da segurança pública com atribuições específicas, tais como as polícias científicas e os departamentos de trânsito estaduais e municipais.

Diante deste quadro nacional muito tem se discutido contra ou a favor de mudanças. Como subsídio para a 1ª. Conseg, por exemplo, foi produzida uma pesquisa entre os profissionais de segurança pública que tratou do tema[18]. Deste estudo participou 64.130 profissionais de segurança pública num universo de cerca de 637 mil profissionais, isto é, cerca de 10% do efetivo total, tendo trazido resultados relevantes. Entre eles, verificou-se que 34,4% dos respondentes (entre policiais civis, militares, bombeiros, guardas municipais, e agentes penitenciários) eram de opinião favorável à unificação das polícias civis e militares estaduais conferindo-lhes um caráter civil. Outros 15,4% eram favoráveis a esta unificação, desde que tivesse um caráter militar. Já 7,7% eram favorável a mudanças na organização das polícias para um enfoque territorial, por circunscrição geográfica e, por fim, 12,2% eram favoráveis a uma mudança na estrutura das polícias de modo que elas atuassem por tipos de crimes. Todas estas respostas somadas representavam o desejo de mudanças na estrutura das polícias brasileiras e na sua divisão de competências, resultando

[16] Cf. MONET, 2001 *apud* BAPTISTA, 2014: 72.
[17] BAPTISTA, idem: 73.
[18] Cf. SOARES, L. E.; ROLIM, M.; RAMOS, S. **O que pensam os profissionais de segurança pública, no Brasil**. Brasília: Ministério da Justiça. Senasp, 2009.

em nada menos de 69,8% dos respondentes. Já os que não queriam qualquer mudança nesta estrutura representavam 20,2% e os que não tinham opinião sobre o assunto em 10%.

Além disso, observou-se que os praças das polícias militares e os delegados das polícias civis foram os que mais almejavam a mudança para a unificação das polícias com caráter civil, enquanto que os oficiais das polícias militares foram os que mais almejavam a unificação com caráter militar. Ao mesmo tempo, 41% e 40,1% dos agentes[19] e delegados de polícia civil, respectivamente, foram os que não desejavam qualquer mudança neste modelo.

Na 1ª. Conseg houve votações expressivas de princípios e diretrizes que procuravam reestruturar a segurança pública do país, garantindo a descentralização e a integração das instituições envolvidas na gestão democrática, entre outras coisas, além da defesa do "ciclo completo de polícia".[20]

É neste sentido que a Ministério da Justiça percebe como necessário o estímulo à reflexão e ao debate de idéias não somente entre os profissionais de segurança pública, mas entre estes, a sociedade e o governo, visando o aperfeiçoamento do modelo atual.

A.5.1 Caderno de Debate

a) Disposições técnicas de caráter descritivo

Postula-se que este Caderno de Debate permita ao leitor, pelo menos:

1. conhecer como se dá a divisão de competências de Segurança Pública entre os entes federados e entre as organizações de segurança pública;
2. conhecer o que tem sido questionado, nacionalmente, sobre tal divisão, bem como quais são as principais propostas e perspectivas de integração;
3. conhecer como se dá a divisão de competências de Segurança Pública em outros países;
4. refletir acerca das relações entre as possibilidades de redefinição das competências das organizações de segurança pública e aspectos relativos às atribuições, especialização e profissionalização de suas carreiras;

[19] Aqui incluídos todos os profissionais não delegados desta instituição.
[20] Cf. BRASIL. Ministério da Justiça. **Relatório final da 1ª. Conferência Nacional de Segurança Pública**. Brasília: Ministério da Justiça, 2009.

5. conhecer o que foi discutido sobre o assunto na 1ª. Conferência e os projetos de lei que tratam deste assunto apresentados no Congresso Nacional.

b) Disposições técnicas de caráter metodológico

1. Recomenda-se realizar pesquisa legislativa e documental acerca da distribuição de competências e das perspectivas de integração;
2. Recomenda-se estabelecer comparação entre a experiência brasileira e a de outros países;
3. Recomenda-se a utilização de artigos e livros com foco neste tema de pesquisa, buscando aportar ao Caderno material embasado na literatura acadêmica e na documentação existente. À parte conteúdos obtidos pela organização de pesquisa, também estarão acessíveis aos pesquisadores o seguinte: documentação da 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública em 2009 (Cadernos Temáticos e Relatório Final da Conferência).

A.5.2 Artigo Técnico

a) Questões orientadoras

1. Quais as principais diferenças entre a governança da segurança pública no Brasil e a de outros países?
2. Quais princípios e diretrizes norteiam a divisão de competências entre os órgãos de segurança pública em outros países?
3. A ação integrada (ou interagências) de órgãos da segurança pública tem ajudado a superar afirmações de ineficácia do modelo brasileiro ocasionada por uma aludida fragmentação de competências? Onde e como?
4. Quais as consequências do ingresso ou do fortalecimento institucional de atores coletivos no campo da Segurança Pública observados nos últimos anos, tais como os peritos criminais, os agentes de segurança viária, os guardas municipais, os agentes penitenciários e os membros da Força Nacional de Segurança Pública?

b) Disposições técnicas de caráter metodológico

1. Sugere-se a possibilidade de realizar um *survey* com os profissionais de segurança pública e representantes da sociedade civil sobre o tema, sem que haja identificação dos respondentes;
2. Alternativamente ou cumulativamente, sugere-se realizar entrevistas ou grupos focais com representantes da sociedade civil e com profissionais de várias patentes e cargos das diferentes organizações de segurança pública acerca das competências dos órgãos e entre os entes federados;
3. Sugere-se observar os documentos disponibilizados pela Senasp (Cadernos Temáticos e Relatório Final da Conferência, dentre outros).

A.6 Direitos Humanos e Segurança Pública

Seguindo uma tendência nacional em função do contexto social pós-Ditadura Militar, a temática dos direitos humanos passou a figurar quanto no da segurança pública com maior força a partir do início da década de 2000.

No campo da segurança pública, o tema dos direitos humanos passou a fazer parte da Matriz Curricular Nacional para as ações formativas dos profissionais da área da segurança pública como um de seus quatro eixos. A Matriz foi elaborada pela primeira vez em 2003, passando por revisões em 2005, 2009 e em 2012, tendo sido publicada pela primeira vez em 2014.

As ações formativas e de capacitação continuada da Senasp assim como as das academias de polícia dos entes federados, passaram a tomar como referência a Matriz Disciplinar e a oferecer com frequência disciplinas relacionadas ao tema aos seus quadros a partir de então.

Após uma década de implementação de ações formativas com foco em direitos humanos, tem se discutido a eficiência, a eficácia e a efetividade destas nas ações cotidianas das polícias brasileiras. Pode-se dizer que, grosso modo, há dois blocos argumentativos: a) o tema é importante e fundamental, mas as ações formativas por si só não são suficientes para uma mudança nas culturas institucionais das corporações policiais, sendo necessária uma atuação mais ampla sobre estas; b) o tema é importante e

fundamental, mas o modo como têm sido dadas as capacitações é inadequado, visto que pouco prático e aplicado ao cotidiano dos profissionais de segurança pública.

Além destes dois blocos, os profissionais de segurança pública têm se ressentido em relação à temática, considerando que os movimentos sociais relativos aos direitos humanos não levam em consideração os direitos humanos dos próprios policiais, assim como as suas corporações tampouco respeitam tais direitos. Entre os diversos tipos de vitimização que os profissionais de segurança pública estão sujeitos, aquelas relativas às violências psicológica ou moral, e à violação ou desrespeito aos direitos de acesso ao tratamento de saúde e aos direitos trabalhistas, entre outros, figuram entre as mais frequentes.[21] Majoritariamente, estas violências implicam no desrespeito aos direitos humanos destes profissionais.

Ampliar e aprofundar as discussões sobre direitos humanos, segurança pública configura um dos objetivos fundamentais da Conseg de modo que as ações públicas possam ser direcionadas e melhor qualificadas para que a cidadania e os direitos humanos de todos sejam assegurados.

A.6.1 Caderno Temático

a) Disposições técnicas de caráter descritivo

Postula-se que este Caderno de Debate permita ao leitor, pelo menos:

1. conhecer as principais pautas relativas às intersecções entre os campos dos Direitos Humanos e da Segurança Pública em âmbito nacional e internacional;
2. conhecer as percepções e os posicionamentos dos principais atores individuais e coletivos envolvidos com relação a estes temas;
3. conhecer as principais ações que foram implementadas na última década pelos órgãos públicos do Executivo relativas às intersecções entre os campos dos Direitos Humanos e da Segurança Pública
4. conhecer especificamente quais as principais demandas de grupos vulneráveis relativos à atuação policial;
5. conhecer especificamente quais são os fluxos relativos às denúncias de graves violações de direitos humanos, bem como seus mecanismos de monitoramento.

[21] Cf. SOARES, L. E.; ROLIM, M.; RAMOS, S. **O que pensam os profissionais de segurança pública, no Brasil**. Brasília: Ministério da Justiça. Senasp, 2009.

b) Disposições técnicas de caráter metodológico:

1. Realizar pesquisa bibliográfica nacional sobre estes temas interrelacionados;
2. Realizar pesquisa documental e legislativa de instituições de segurança pública sobre ações, leis, regulamentos, capacitações etc. que versem sobre estes assuntos.
3. Analisar, de forma preliminar, o banco de dados de pesquisa já realizada pela Senasp em 2014 sobre a percepção pelos profissionais de segurança pública sobre direitos humanos, segundo o perfil dos diversos tipos de profissionais que responderam ao questionário (instituição, grau hierárquico, gênero, raça/ cor, Unidade da Federação, faixa etária, renda, tempo de serviço na corporação, grau de instrução, entre outras variáveis cabíveis).

A.6.2 Artigo Técnico

a) Questões orientadoras

1. Como os profissionais de segurança pública percebem as intersecções entre os campos dos direitos humanos e da segurança pública?
2. Quais têm sido as dificuldades e os desafios elencados pelos atores e instituições no processo de incorporação, consolidação e disseminação destes temas em suas atividades e profissionais?
3. Quais as possibilidades de melhoria de fluxo de monitoramento de graves violações de direitos humanos
4. Em que medida se avançou ou não neste processo, conforme os diferentes atores e instituições?
5. Como avaliam o desenvolvimento da temática para o futuro?
6. Quais seriam as ações, segundo estes atores, que deveriam ser tomadas para que a temática fosse definitivamente incorporada na prática dos profissionais e das instituições? Como seriam estas ações? Quais seriam as responsabilidades de cada ator?

b) Disposições técnicas de caráter metodológico

1. Analisar, de forma aprofundada, banco de dados de pesquisa já realizada pela Senasp em 2014 sobre a percepção pelos profissionais de segurança pública sobre direitos humanos;
2. Realizar entrevistas e grupos focais com uso de abordagem clínico-qualitativa ou similares com profissionais de segurança pública de modo a verificar aspectos intersubjetivos conscientes e inconscientes que estejam envolvidos na relação destes profissionais com seu trabalho e com as intersecções entre os campos da Segurança Pública e dos Direitos Humanos;
3. Realizar pesquisa documental de fluxo de investigação ou de monitoramento de denúncias de graves violações de direitos humanos.

A.7. Qualidade de Vida, sofrimento psíquico e vitimização do trabalhador nas Instituições de Segurança Pública

A referência à qualidade de vida foi utilizada por muito tempo para indicar o grau de desenvolvimento humano de uma certa população. O tema era relacionado à eficiência dos governos em proporcionar condições de vida adequadas aos seus cidadãos.

A Organização Mundial de Saúde (1974) definiu qualidade de vida como: "a percepção do indivíduo de sua posição na vida, no contexto da cultura e sistema de valores nos quais ele vive em relação aos seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações". Essa definição deu amplitude e visibilidade à questão e, atualmente, o tema não é mais monopólio dos governos sendo incorporado nas diversas organizações e no cotidiano dos cidadãos comuns como uma prática a ser exercitada.

A apropriação do termo qualidade de vida no mundo do trabalho se deu de forma paulatina, sendo muito bem aceito, estudado e desdobrado a partir de diversas visões. Para Walton[22], o termo Qualidade de Vida no Trabalho (QVT) frequentemente é usado para descrever valores humanos e ambientais que foram deixados de lado pelas sociedades industriais em favor dos avanços tecnológicos, da produtividade e do crescimento econômico. Ele entende que a QVT deve ter como meta gerar uma organização mais

[22] WALTON, R. E. Quality of Work Life: What is it?. *Sloan Management Review, 1*, 1973. p. 11-21

humanizada a partir do oferecimento, ao trabalhador, de maior autonomia na realização de suas tarefas, maior responsabilidade, enriquecimento de seu cargo, fornecimento de feedback com relação ao seu desempenho e busca do desenvolvimento pessoal.

Huse e Cummings[23] definem a QVT como um meio de se pensar acerca de pessoas, trabalho e organização. Nesse enfoque, seriam considerados dois aspectos distintos: de um lado a preocupação com o bem estar do trabalhador e a eficácia organizacional; do outro, a promoção da participação dos trabalhadores nos problemas e nas decisões de trabalho.

No que diz respeito a estas discussões, hoje a segurança pública brasileira apresenta um quadro preocupante. Sabe-se que as atividades de segurança pública são marcadas pelo risco e consideradas extremamente desgastantes do ponto de vista físico e psicológico, o que naturalmente acarreta efeitos na saúde do trabalhador[24]. Além disso, alguns elementos institucionais muitas vezes vêm agravar este quadro, expondo os profissionais a escalas de serviço extenuantes, situações de assédio moral, condições de trabalho precárias, clima organizacional negativo, entre outras. Destaca-se em especial o risco de vitimização, isto é, do próprio profissional de segurança pública correr risco de ser vítima de crimes[25]. Neste sentido, relata a pesquisadora Dayse Miranda, que coordena um trabalho sobre suicídio nas Polícias Militares brasileiras: "Os policiais relatam profundo sofrimento psíquico, tristeza, sentimento de inutilidade. Muitos confessam que usam drogas lícitas e às vezes ilícitas. Os policiais se sentem constrangidos em admitir isso"[26].

Estes diagnósticos indicam que as instituições de segurança pública têm encontrado dificuldades para promover a qualidade de vida no trabalho de seus profissionais. Assim, a presente pesquisa tem por objetivo identificar as causas e os fatores que fazem com que a qualidade de vida do profissional de segurança pública seja afetada negativamente, bem como os fatores que dificultam o desenvolvimento de ações de promoção deste aspecto tão importante para a saúde física e mental dos profissionais, e também para a qualidade do serviço que este poderá oferecer para a sociedade. Procura-se também identificar quais são

[23] HUSE, E. F.; CUMMINGS, T. G. Organization development and change. Minnesota: West Publishing Co., 1985.

[24] MINAYO, M. C. S., SOUZA E. R., & CONSTANTINO, P. (2007). Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 23(11):2767-2779.

[25] HE, N., ZHAO, J., & ARCHBOLD, C. (2002). Gender and police stress: The convergent and divergent impact of work environment, work-family conflict, and stress coping mechanisms of female and male police officers. *Policing: An International Journal Police Strategies & Management, 25* (4), 687-708.

[26] MIRANDA, D. (2015). Site de Notícias, disponível em: http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/07/150730_suicicio_policiais_fe_ab

os fatores que afetam ou têm o potencial de afetar positivamente a QVT dos profissionais de segurança pública.

A.7.1 Caderno de Debate

a) Disposições técnicas de caráter descritivo

Postula-se que este Caderno de Debate permita ao leitor, pelo menos:

1. Conhecer os conceitos e definições de QVT discutidos na literatura nacional e internacional;
2. Conhecer quais são os fatores que costumam afetar negativamente a QVT do profissional em geral, e do profissional de segurança pública em específico, e como eles se relacionam com as questões de vitimização do policial.
3. Conhecer algumas estratégias comprovadamente efetivas de promoção da QVT;
4. Compreender quais são os fatores de fragilidade para a implantação de um programa QVT em qualquer organização;
5. Conhecer quais são as principais iniciativas voltadas para a QVT no âmbito da Segurança Pública no país.

b) Disposições técnicas de caráter metodológico

1. Recomenda-se a utilização de artigos e livros técnicos e científicos com foco neste tema de pesquisa, buscando aportar ao Caderno material embasado na literatura acadêmica e em programas de QVT existentes. Estarão acessíveis aos pesquisadores o seguinte: documentação da 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública em 2009 (Cadernos Temáticos e Relatório Final da Conferência).

A.7.2 Artigo Técnico

a) Questões orientadoras

1. Quais a principais definições de QVT? Qual sua importância para o bem estar do profissional, sua saúde física e mental e para seu desempenho profissional?

2. Quais os fatores apontados pela literatura científica que afetam negativamente e positivamente a QVT do trabalhador em geral e do profissional de segurança pública em específico?
3. Quais os fatores apontados pelas equipes de saúde e de gestão de pessoas das instituições de segurança pública que afetam negativamente e positivamente a QVT do profissional de segurança pública? Como elas se relacionam com os riscos inerentes ao exercício da profissão?
4. Quais os fatores apontados pelos profissionais de segurança pública que afetam negativamente e positivamente sua QVT?
5. O que os profissionais de Segurança Pública entendem como QVT?
6. Que aspectos da atividade policial facilitam ou dificultam o funcionamento de um programa QVT?
7. Como as instituições de Segurança Pública encaram a implantação e funcionamento de programas QVT?

b) Disposições técnicas de caráter metodológico

1. Recomenda-se realizar revisão bibliográfica, entrevistas, grupos focais, visitas técnicas às instituições e aplicar questionários com gestores e profissionais de segurança pública, visando buscar entender suas percepções destes fenômenos;

2. Sugere-se cumulativamente realizar estudo aprofundado das percepções dos usuários de pelo menos dois programas de Qualidade de Vida de instituições de segurança pública em pleno funcionamento e que já tenham indícios de bons resultados alcançados.

A.8 Letalidade policial

No ano de 2013, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) iniciou uma ampla pesquisa sobre a letalidade das polícias brasileiras[27]. De acordo com o relatório, a

[27] BUENO, S.; CERQUEIRA, D. e LIMA, R. S. de Sob fogo cruzado II: letalidade da ação policial. In: *Anuário Brasileiro de Segurança Pública*. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2014.

primeira grande questão seria definir o que poderia ser considerado como alta letalidade, existem propostas que sugerem que se o número de civis mortos for muito superior ao de policiais há violência, outras perspectivas propõem cálculos para proporções que seriam razoáveis de mortes de civis por mortes de policiais, dado o caráter da atividade policial. De toda maneira, essa discussão ainda é muito rasa no Brasil, isso porque os dados, em sua maioria, são escassos ou inexistentes.

Além de problemas com o registro dessa letalidade, considerada: “resistência seguida de morte”, ou “autos de resistência”, em determinados casos, não existia nenhum tipo de dado que aludisse a questão. Na avaliação realizada pelo FBSP, apenas 8 UFs poderiam fornecer dados de alta qualidade sobre a questão.

Mesmo os dados sendo escassos, os números de letalidade no Brasil são altos, consideravelmente maiores que nos EUA, mais de quatro vezes maiores. Além disso, imagina-se que os dados sejam ainda maiores do que os conhecidos, indicando que essa é uma questão importante para diminuir as mortes violentas no Brasil.

Ademais, além da conseqüência final desse tipo de atuação violenta (a letalidade), tem se discutido muito se as polícias brasileiras são ou não violentas em sua atuação e o que leva os policiais a matarem civis, se esses são frutos de confrontos de uma sociedade violenta, que vitima tanto policiais como civis, ou se existe algum tipo de despreparo no uso da força, ou ambas as questões em diferentes medidas e contextos.

A.8.1 Caderno de Debate

a) Disposições técnicas de caráter descritivo

Postula-se que este Caderno de Debate permita ao leitor, pelo menos:

1. Compreender como a letalidade policial se constitui enquanto fenômeno, bem como os fatores de risco a ela relacionados;
2. Conhecer e compreender a importância de ações públicas de controle e de análise da letalidade, bem como da necessidade de transparência na comunicação de dados relativos à temática;
3. Conhecer as principais iniciativas para controle da letalidade policial no Brasil, tal como a criação de procedimentos operacionais padrão;

4. Conhecer os posicionamentos dos principais atores coletivos relativos a esta temática.

b) Disposições técnicas de caráter metodológico

1. Recomenda-se a utilização de artigos e livros com foco neste tema de pesquisa, buscando aportar ao Caderno material embasado na literatura acadêmica e na documentação existente. À parte conteúdos obtidos pela organização de pesquisa, também estarão acessíveis aos pesquisadores a documentação da 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública em 2009 (Cadernos Temáticos e Relatório Final da Conferência).
2. Recomenda-se realizar pesquisa com base em dados secundários acerca da letalidade e violência policial e uso da força.
3. Recomenda-se considerar que se trata de um tema polêmico, o que pode demandar cuidados metodológicos específicos na elaboração do caderno de debates.

A.8.2 Artigo Técnico

a) Questões orientadoras

1. Qual a disponibilidade (e as lacunas) de informações acerca dessa temática na segurança pública?
2. Quais são os principais fatores de risco que contribuem para o aumento da letalidade policial? Como eles se relacionam com o perfil dos mortos? Como os fatores de risco se encadeiam se entre si?
3. É possível categorizar os casos de letalidade policial (tal como em letalidade vinculada a grupos de extermínio, vinculada a erro operacional, vinculada ao devido cumprimento do dever legal, vinculado a problemas de falta de infra-estrutura ou de equipamentos, dentre outros)? Quais seriam as características de cada grupo?
4. Quais abordagens teórico-metodológicas sobre o problema da letalidade estão sendo aplicadas pelas forças de segurança pública?

5. Quais os resultados das principais ações voltadas para o controle da letalidade policial no Brasil?

b) Disposições técnicas de caráter metodológico

1. Sugere-se realizar pesquisa bibliográfica, documental (por exemplo, em inquéritos policiais e processos judiciais) ou de registros audiovisuais (por exemplo, filmagens de ações policiais) de ações letais por parte de policiais, aplicando-se para a compreensão dos dados o método de análise de conteúdo[28];
2. Sugere-se realizar entrevistas, grupos focais ou aplicar questionários com gestores ou profissionais de segurança pública.
3. Recomenda-se realizar técnicas de entrevista qualitativa, bem como análise de dados secundários, para avaliar os resultados de pelo menos uma ação voltada para controle da letalidade policial.

A.9 Políticas de Valorização Profissional, Qualidade de Vida no Trabalho e Gestão de Pessoas: levantamento de boas práticas e resultados alcançados

A presente pesquisa tem por objetivo identificar, analisar e refletir acerca de práticas efetivas de gestão de pessoas e de promoção da qualidade de vida no trabalho, de forma a subsidiar as instituições de segurança pública no delineamento de políticas de recursos humanos.

As políticas de valorização profissional, qualidade de vida no trabalho, saúde no trabalho e gestão de pessoas são ferramentas fundamentais para a garantia dos direitos dos profissionais de segurança pública, bem como para que estes possam estar em condições de executar com qualidade o serviço demandado pela sociedade.

Dentro deste contexto, observou-se nas últimas décadas ao redor do mundo a difusão na Administração Pública de modelos organizacionais inspirados na iniciativa

[28] E.g., KRIPPENDORFF, K. *Content Analysis: An Introduction to Its Methodology*. 3. ed. [S.l.]: Sage, 2013.

privada, denominados de forma genérica como "modelos gerenciais", tais como o gerencialismo em sua versão pura, o *consumerism* e a *Public Service Orientation.* Da mesma forma, vem ganhando força no cenário nacional e internacional o debate sobre qualidade de vida no trabalho, enfatizando sua importância para a satisfação pessoal dos profissionais bem como para melhorar a produtividade da instituição como um todo. Estes debates, no entanto, estão sendo muito lentamente absorvidos pelo serviço público brasileiro em geral, e pelas instituições de segurança pública em particular, o que indica que este ainda é um importante desafio para a profissionalização da gestão de nossa segurança pública.

Sabe-se que as atividades de segurança pública são marcadas pelo risco e consideradas extremamente desgastantes do ponto de vista físico e psicológico, o que naturalmente acarreta efeitos na saúde do trabalhador[29]. Além disso, alguns elementos institucionais muitas vezes vêm agravar este quadro, expondo os profissionais a escalas de serviço extenuantes, situações de assédio moral, condições de trabalho precárias, clima organizacional negativo, entre outras[30].

Em virtude deste cenário, algumas organizações policiais tem buscado melhorias da gestão de pessoas por meio de várias estratégias de valorização profissional. Parte-se do pressuposto de que as peculiaridades do exercício da profissão policial torna seus profissionais mais sujeitos ao adoecimento do que a maioria dos trabalhadores. Inclui-se entre os aspectos particulares desta profissão o trabalho em escalas de serviço, atividades extraordinárias, escassez de sono, repetividade das ocorrências, exposição a riscos profissionais e de vida, dentre outros[31]. Estes fatores são agravados pela adoção de estratégias coletivas de defesa que visam atenuar a tensão psíquica por meio da repressão da percepção dos aspectos que geram sofrimento no mundo do trabalho[32]. Desta forma, é fundamental a promoção de estratégias diversificadas para minimizar estes fatores.

---

[29] MINAYO, M. C. S., SOUZA E. R., & CONSTANTINO, P.. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 23(11): 2767-2779 (2007).

[30] HE, N., ZHAO, J., & ARCHBOLD, C. Gender and police stress: The convergent and divergent impact of work environment, work-family conflict, and stress coping mechanisms of female and male police officers. *Policing: An International Journal Police Strategies & Management, 25* (4), 687-708, 2002.

[31] ALMEIDA, L.; ARAGON, A. A. (orgs.). Vade Mecum Segurança Pública. Brasília, SENASP, 2010.

[32] DEJOURS, C. Conferências brasileiras: identidade, reconhecimento e transgressão no trabalho. Tradução de A. C. F. Reis. São Paulo, Fundap/FGV, 1999.

Além disso, dada a grande pluralidade de instituições de segurança pública no Brasil, muitas vezes os problemas vividos por uma instituição são também os problemas de muitas outras. E, da mesma forma, as soluções encontradas em uma determinada localidade poderiam ser replicadas em outros contextos. No entanto, nem sempre as instituições têm condições de estabelecer um diálogo efetivo para compartilhar práticas exitosas ou juntar esforços para combater uma dificuldade comum.

Neste sentido, a presente pesquisa tem por objetivo identificar, analisar e refletir acerca de práticas efetivas de gestão de pessoas e de promoção da qualidade de vida no trabalho, de forma a subsidiar as instituições de segurança pública no delineamento de políticas de recursos humanos. Para tanto, faz-se necessário a realização de levantamento de práticas exitosas e comprovadamente efetivas nestas áreas, compreendendo práticas aplicadas no contexto da segurança pública e também práticas exitosas implementadas em outros contextos. A partir deste mapeamento, buscar-se-á divulgar nacionalmente as boas práticas identificadas, bem como articular os atores interessados para que estas possam ser incorporadas, adaptadas e replicadas.

A.9.1 Caderno de Debate

a) Disposições técnicas de caráter descritivo

Postula-se que este Caderno de Debate permita ao leitor, pelo menos:

1. Conhecer os fundamentos e princípios dos diferentes modelos inovadores de gestão de pessoas estabelecidos pela literatura científica nacional e internacional.
2. Conhecer algumas das principais práticas comprovadamente efetivas no campo da gestão de pessoas, valorização profissional e promoção de qualidade de vida no trabalho, com ênfase naquelas que possam ser incorporadas pelas instituições de segurança pública.
3. Conhecer boas práticas que estão sendo implementadas pelas organizações de segurança pública na área de qualidade de vida no trabalho, valorização profissional e gestão de pessoas, com indicação dos resultados obtidos;
4. Conhecer a importância da implementação de ações na área de qualidade de vida, valorização profissional e gestão de pessoas para os profissionais e para a

instituições de segurança pública, indicando o impacto que estas têm na vida do profissional e no desempenho da instituição;

b) Disposições técnicas de caráter metodológico

1. Recomenda-se a utilização de artigos e livros com foco neste tema de pesquisa, buscando aportar ao Caderno material embasado na literatura acadêmica e na documentação existente. Estarão acessíveis aos pesquisadores a documentação da 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública em 2009 (Cadernos Temáticos e Relatório Final da Conferência).

A.9.2 Artigo Técnico

a) Questões orientadoras

1. Quais são as principais estratégias de gestão de pessoas e de promoção da qualidade de vida no trabalho validadas pela literatura acadêmica nacional e internacional? Quais destas poderiam ser adaptadas ou incorporadas pelas instituições de segurança pública?
2. Quais estratégias de gestão de pessoas e de promoção da qualidade de vida no trabalho são indicadas como não efetivas pela literatura acadêmica nacional e internacional?
3. Quais estratégias de gestão de pessoas e de promoção da qualidade de vida no trabalho têm obtido bons resultados nas instituições de segurança pública? Quais foram os resultados obtidos?
4. Quais são as práticas de gestão de pessoas e qualidade de vida no trabalho mais frequentemente utilizadas pelos gestores estaduais de segurança pública?
5. Que métodos de avaliação dos programas de gestão de pessoas e qualidade de vida no trabalho são utilizados pelos estados?
6. As ações de qualidade de vida, de valorização profissional e de gestão de pessoas das instituições de segurança pública têm se preocupado com as causas dos problemas relacionados à atividade profissional?

7. As ações de qualidade de vida, de valorização profissional e de gestão de pessoas na área de segurança pública se propõem a diagnosticar e a prevenir potenciais riscos à vida profissional e familiar dos agentes?

b) Disposições técnicas de caráter metodológico

1. Recomenda-se realizar pesquisa documental e/ou bibliográfica acerca de iniciativas, boas práticas e ações nas áreas de valorização profissional, qualidade de vida no trabalho e gestão estratégica de pessoas que sejam validadas pela literatura acadêmica nacional e internacional.
2. Recomenda-se realizar pesquisa documental e/ou bibliográfica acerca de iniciativas, boas práticas e ações nas áreas de valorização profissional, qualidade de vida no trabalho e gestão estratégica de pessoas nas instituições de segurança pública.
3. Recomenda-se estabelecer contatos com os gestores de instituições de segurança pública acerca das iniciativas, boas práticas e ações nas áreas de valorização profissional, qualidade de vida no trabalho e gestão de pessoas nas instituições de segurança pública.
4. Recomenda-se realizar entrevistas, grupos focais, visitas técnicas ou *surveys* com gestores ou profissionais de segurança pública;
5. Sugere-se analisar dados secundários, tais como dados e informações do Sinesp, dados sociodemográficos do IBGE e outras estatísticas oficiais.

A.10 Intersetorialidade das políticas de Segurança Pública e de Assuntos Penitenciários

O sistema prisional brasileiro tem sido foco de reflexões nos últimos anos. Isso se dá, em parte, pelo aumento exponencial da lotação dos presídios. Apenas no período de 2005 a 2012, ocorreu um aumento de 74% da população prisional brasileira. Ademais, o sistema prisional ganhou espaço nos debates por motins e homicídios múltiplos perpetrados dentro de presídios a partir da década de 1980[33].

[33] ADORNO, S. *Prisões, Violência e Direitos Humanos no Brasil.* Seminário Direitos Humanos no Século XXI, 10 e 11 de setembro de 1998, Rio de Janeiro.

Sabemos hoje, por exemplo, que 49% dos encarcerados estão presos por crimes contra patrimônio e apenas 12% estão lá por crimes contra a pessoa. Ademais, foram evidenciadas condições precárias de habitação. Em 2012, no Brasil, tínhamos uma média de 1,7 presos por vaga, mas essa média variava entre as UFs, chegando a 3,7 em Alagoas e 1,2 no Espírito Santo[34]. Discute-se, nesse sentido, os dilemas relativos aos direitos humanos da população prisional e a vulnerabilidade dos sujeitos custodiados pelo Estado, bem como a falta de acesso à justiça dentro dos presídios.

Além dessa discussão sobre as condições de existência dos acautelados pelo Estado, tem se discutido o foco das ações de segurança pública. As prisões realizadas pelas polícias focam especialmente em infratores jovens, negros, de classes baixas e que cometeram crimes contra o patrimônio ou tráfico de pequeno porte. Questiona-se acerca da eficácia das políticas de segurança pública considerando o perfil dos presos e dos crimes por eles cometidos no sentido de reduzir a violência em nosso país.

Diante disso, importa saber como as políticas de segurança pública e as do sistema penitenciário podem ser integradas para consecução de atribuições que se retroalimentam. Diversos exemplos podem ser encontrados que apontam oportunidades de melhoria da integração dessas políticas públicas, assumindo-se todas como integrantes de um sistema de justiça criminal. Estes esforços incluem: redução da criminalidade nos presídios, acompanhamento de presos em regime aberto, combate às redes de suporte do crime intraprisional, melhoria dos programas de ressocialização, dentre outros. Assim, a próxima Conseg pode abrir espaço para uma discussão que mostre as possibilidades de coordenação destas políticas públicas, apontando e priorizando focos mais urgentes para atuação conjunta e demonstrando as interdependências dos dois sistemas.

A.10.1 Caderno de Debate

a) Disposições técnicas de caráter descritivo

Postula-se que este Caderno de Debate permita ao leitor, pelo menos:

1. conhecer a interconexão entre as ações da segurança pública e do sistema penitenciário;

[34] BRASIL. *Mapa do encarceramento*: os jovens do Brasil. Brasília: Presidência da República, 2015.

2. conhecer quais as principais agendas das políticas de Segurança Pública e de Assuntos Penitenciários e a articulação e complementaridade existentes;
3. conhecer como os estados tem gerenciado a questão do fluxo entre os dois sistemas de Segurança Pública e de Assuntos Penitenciários, visto que o encarceramento pelas organizações policiais constitui uma das "portas de entrada" para o sistemas penitenciários, muitas vezes se assemelhando a uma única política pública;
4. conhecer a experiência internacional acerca da interação e articulação dos sistemas de segurança pública e penitenciário.

b) Disposições técnicas de caráter metodológico

1. Recomenda-se fazer uma revisão bibliográfica e uma análise de dados secundários sobre as intersecções entre as políticas de Segurança Pública, de Assuntos Prisionais, de Acesso à Justiça e de Direitos Humanos;
2. Realizar análise comparativa entre as intersecções entre as políticas de Segurança Pública e de Assuntos Prisionais, de, pelo menos, outros dois países, evidenciando outras formas de abordagem dessa questão.

A.10.2 Artigo Técnico

a) Questões orientadoras

1. Como as políticas de segurança pública influenciam no sistema penitenciário?
2. Que influências e mecanismos de interação existem envolvendo o fluxo de presos entre os sistemas de Segurança Pública e de Assuntos Penitenciários?
3. Que desenhos de integração das ações dessas políticas podem ser encontrados nos estados?
4. Quais seriam os principais focos de cooperação interinstitucional dessas políticas?

b) Disposições técnicas de caráter metodológico

1. Sugere-se realizar entrevistas, grupos focais ou aplicar questionários com gestores ou profissionais de segurança pública de modo a se obter uma avaliação;

2. Recomenda-se a análise de dados secundários de bases do Ministério da Justiça, dos estados, de dados sociodemográficos do IBGE e de outras estatísticas oficiais.

A.11 Intersetorialidade entre as políticas de Segurança Pública e sobre Drogas

Em nosso contexto, a palavra "droga" é empregada pela maior parte das pessoas em referência às substâncias ilícitas que alteram a consciência e/ou que causam dependência, o que exclui outras substâncias lícitas que possuem as mesmas propriedades, tais como os medicamentos em geral, o álcool, o café e o tabaco[35], além de sugerir algo manufaturado, o que nem sempre corresponde à realidade[36]. A Organização Mundial de Saúde (OMS), define "droga" como uma "*substância que, quando administrada ou consumida por um ser vivo, modifica uma ou mais de suas funções, com exceção daquelas substâncias necessárias para a manutenção da saúde normal*"[37].

Existem diversas intersecções entre as políticas de drogas e a Segurança Pública. Uma delas se relaciona com as suas ligações com a violência. Tratam-se de relações caracterizadas pela complexidade, sendo muito difícil fazer ilações diretas entre causa e efeito. Elas compreendem desde os efeitos do uso abusivo, da dependência, da abstinência e resultantes dos conflitos inerentes ao tráfico de drogas. Deve-se considerar, ademais, em a ampla diversidade de drogas lícitas e ilícitas, de seus meios de utilização, de seus efeitos, de suas síndromes de abstinência, e de suas redes de tráfico. Por fim, não é consensual no meio científico que as drogas ilícitas causem mais danos à sociedade do que as lícitas. Os efeitos da dependência da maconha, por exemplo, é considerada por diversos autores como menos nocivos do que os do álcool[38].

Por outro lado, existem diversos estudos que apontam relações entre o surgimento da cocaína – em especial aquela usada na forma de *crack* - e diversas formas de violência,

35 BAPTISTA, G. C. Adolescência e drogas: a escuta dos dependentes. São Paulo, Vetor, 2006.

36 KAPLAN, H; SADOCK, B.; GREBB, J. **Compêndio de psiquiatria: ciências do comportamento e psiquiatria clínica**. Tradução de Dayse Batista. 7ª ed. Porto Alegre, Artes Médicas, 1997.

37 Apud LEITE, M. C. (1999a) História da cocaína. In: **Cocaína e crack: dos fundamentos ao tratamento.** Organizadores: LEITE, M. C.; ANDRADE, A. G. et. al. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999 (p. 26)

38 BURGIERMAN, D. R. Maconha. (Coleção "Para saber mais") São Paulo, Abril, 2002.

em especial de homicídios [39] [40] [41] [42] [43] [44]. Em que pese estas relações serem muito complexas, havendo uma sobreposição de fatores de risco que se encadeiam em uma intrincada rede de causalidades, também não existe consenso tanto em descrever em como lidar com este tema.

Alguns autores enfatizam que este vínculo entre o aumento de consumo de determinadas drogas, especialmente o crack, e a violência estão relacionados com o crescimento do mercado ilegal e, consequentemente da criminalidade violenta e dos homicídios de jovens no Brasil[45]. Desta forma, seria o crime organizado vinculado ao narcotráfico, o elo mais significativo entre os dois fenômenos retromencionados. Como resultado desta percepção, existe um movimento internacional e nacional de estudiosos que questionam também a perspectiva repressiva vinculada ao estabelecimento de um comércio ilegal de drogas. De acordo com a *Global Comission on Drug Policy*, comissão criada pela ONU e formada por 20 líderes políticos mundiais, ao tornar ilegais o consumo e a comercialização de determinadas drogas, um mercado paralelo milionário se funda, sobre o qual o Estado não tem controle e cujos efeitos negativos são muito superiores quando comparados com os do abuso e da dependência.

O Brasil, dentro deste contexto, possui uma lei específica que versa sobre consumo e tráfico de drogas e diversas ações de prevenção e repressão, bem como uma Política Nacional de Drogas[46], que prevê o tratamento diferenciado de usuários esporádicos, dependentes químicos e traficantes, encarando aqueles a partir da perspectiva de saúde e esses com o viés repressivo.

---

[39] BAPTISTA, G. C. Adolescência e drogas: a escuta dos dependentes. São Paulo, Vetor, 2006.

[40] BLUMSTEIN, A.; RIVARA, F.; ROSENFELD, R. *The rise and decline of homicide - and why. Annual Revial of Public Health*; 21:505-41, 2000.

[41] BOWLING, B. *The rise and fall of New York murder: Zero tolerance or crack's decline? British Journal of Criminology. England: Oxford University Press*, 1999; Vol. 39 (4) (Spec Issue): 531-554.

[42] BROWNSTEIN, H.; CRIMMINS, S.; RYDER, J.; SCHMIDT, A.; SPUNT, B. *Drug Market Involvement of Kids Who Kill and Kids Who Rob. Society for the Study of Social Problems* (SSSP), 1996

[43] KAPLAN, H; SADOCK, B.; GREBB, J. Compêndio de psiquiatria: ciências do comportamento e psiquiatria clínica. Tradução de Dayse Batista. 7ª ed. Porto Alegre, Artes Médicas, 1997.

[44] SAPORI, L. C. Crack e Violência. In: LIMA, R. S.; RATTON, J. L.; AZEVEDO, R. G. *Crime, polícia e justiça no Brasil.* São Paulo, Contexto, 2014.

[45] CERQUEIRA, D. R. de C. *Causas e conseqüências do crime no Brasil.* Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2014.

[46] BRASIL. *Legislação e Políticas Públicas sobre Drogas*. Brasília: Presidência da República, Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, 2010.

Na área de Segurança Pública, por outro lado, é possível observar que existe a necessidade de se refletir acerca das intersecções entre as questões de drogas e o crescimento da violência. Por não ser consensual quais as relações entre os dois fenômenos, faz-se necessária a reflexão acerca do papel das organizações de segurança pública para que esta lide com o problema de forma a concomitantemente garantir a redução da violência vinculada em especial ao tráfico de drogas.

A.11.1 Caderno de Debate

a) Disposições técnicas de caráter descritivo

Postula-se que este Caderno de Debate permita ao leitor, pelo menos:

1. Conhecer quais são as principais intersecções entre as políticas sobre drogas e as políticas de segurança pública;
2. Conhecer quais são as principais relações apontadas na literatura entre as questões vinculadas ao uso de drogas, ao tráfico de drogas e à violência (e em especial no que tange a homicídios);
3. Conhecer as posições de atores individuais e coletivos representativos no que tange às interseccções das políticas sobre drogas com as políticas de segurança pública;
4. Conhecer as diferentes abordagens e referenciais teóricos existentes para a formulação de políticas públicas sobre drogas, no Brasil e no exterior; e
5. Compreender os possíveis papéis a serem desempenhados pelas organizações de segurança pública na temática de drogas.

b) Disposições técnicas de caráter metodológico

1. Recomenda-se realizar ampla revisão bibliográfica para descrição das intersecções entre as questões relativas ao uso e ao tráfico de drogas e as políticas de segurança pública, buscando trazer, de forma imparcial, subsídios de um amplo espectro de teorias e abordagens sobre a temática no Brasil e de outros países;
2. Sugere-se considerar as especificidades do uso e do tráfico de cada droga e de suas relações com a violência, incluindo drogas lícitas e de uso controlado.

A.11.2 Artigo Técnico

a) Questões orientadoras

1. Quais as possíveis relações entre o crescimento da violência e as questões vinculadas às drogas em nosso contexto?
2. Como as polícias brasileiras lidam com a questão do tráfico de drogas? Quais são as iniciativas e os objetivos estabelecidos pelas polícias civis e militares para lidar com este fenômeno?
3. Como as polícias definem focos e prioridades para a repressão ao narcotráfico?
4. Quais são os resultados das ações policiais voltadas para a questão das drogas? É possível se analisar os possíveis impactos destas ações, bem como suas externalidades positivas e negativas?

b) Disposições técnicas de caráter metodológico

1. Recomenda-se a análise de dados secundários de bases do Ministério da Justiça, dos estados, de dados sociodemográficos do IBGE, dados epidemiológicos do Ministério da Saúde e de outras estatísticas oficiais.
2. Sugere-se realizar entrevistas, grupos focais ou aplicar questionários com gestores ou profissionais de segurança pública e de outras áreas governamentais de modo a se obter uma avaliação dos impactos e das externalidades das ações policiais.

A.12 – Investigação e processamento do crime de homicídios e Avaliação das Câmaras de monitoramento

A ineficiência no sistema de segurança pública e de justiça criminal tem sido objeto de preocupação de grande parte da sociedade brasileira nos últimos anos. Em que pese o fato de que o Código de Processo Penal estabelece uma série de prazos para cada procedimento legal, estes preceitos não são usualmente respeitados, o que acarreta uma paulatina descrença na capacidade das organizações policiais e do sistema judiciário em garantir o cumprimento de suas missões institucionais[47].

Sabe-se, ademais, que um pequeno número de crimes são investigados, em uma parcela o menor o delegado de polícia consegue chegar a um indiciamento, que muitas

[47] RIBEIRO, L. M. L.; COUTO, V. A. (coordenadores); *Mensurando o tempo do processo de homicídio em 5 capitais.* Brasília, Ministério da Justiça, 2015.

vezes não é denunciado pelo promotor de justiça. Frações menores ainda vão a julgamento, resultando em taxas irrisórias de condenações e prisões[48].

Em 2010 o Ministério da Justiça se articulou com o Conselho Nacional do Ministério Público e o Conselho Nacional de Justiça para a implementação de uma ação coordenada visando diminuir o problema de fluxo na investigação e no processamento do crime de homicídios. Esta ação, denominada Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública (ENASP), foi estruturada por meio em especial de um grupo de trabalho, que estabeleceu metas para serem atendidas pelos órgãos envolvidos nos estados tais como: a identificação dos motivos de subnotificação de homicídios; o encerramento de inquéritos policiais instaurados e de ações penais distribuidas antes de 1 de janeiro de 2008 relativas aos crimes de homicídio. Para o cumprimento de tais metas cabe destacar, dentre outras ações: a criação de uma Força Nacional de Polícia Judiciária composta por policiais civis e peritos criminais que apoiou as ações de investigação nos estados; a qualificação de policiais, de promotores e de outros operadores de justiça; o desenvolvimento de procedimentos de mensuração do fluxo de inquéritos e processos; e a flexibilização de alguns procedimentos policiais e processuais.[49]

A ENASP terminou dando origem a Câmaras de Monitoramento da Persecução Penal. Trata-se de uma ação conjunta do CNMP, CNJ e Ministério da Justiça para acompanhar a tramitação de todos os inquéritos policiais instaurados sobre crimes de homicídios, desde a ocorrência do fato até a propositura da denúncia pelo Ministério Público. Estas câmaras terminaram mostrando que esforços desta natureza podem gerar alguma melhoria no fluxo de investigação e no processamento de homicídios. Dos 134.944 inquéritos incluídos na meta inicial desta estratégia, finalizou-se 43.123, o que levou a 8.287 denúncias por parte dos promotores de justiça – um percentual de 19% de esclarecimento, algo que não era esperado em se tratando de inquéritos antigos[50].

---

[48] ENASP (Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública). Meta 2: a impunidade como alvo. Diagnóstico da Investigação de Homicídios no Brasil. Disponível em http://www.cnmp.mp.br/portal/images/stories/Enasp/relatorio_enasp_FINAL.pdf [acessado em 8 de junho de 2014].

[49] ENASP (Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública). Meta 2: a impunidade como alvo. Diagnóstico da Investigação de Homicídios no Brasil. Disponível em http://www.cnmp.mp.br/portal/images/stories/Enasp/relatorio_enasp_FINAL.pdf [acessado em 8 de junho de 2014].

[50] BAPTISTA, G. C. Por uma política pública de redução de homicídios no Brasil. **Revista Políticas Públicas e Gestão Governamental**. Especial Eleições. Vol. 13, no. 2, Jul/Dez, 2014: 72.

A.12 Caderno de Debate

a) Disposições técnicas de caráter descritivo

Postula-se que este Caderno de Debate permita ao leitor, pelo menos:

1. Conhecer e compreender a importância dos problemas apontados na literatura no fluxo de investigação e de processamento de crimes, e em especial daqueles vinculados aos homicídios
2. Conhecer e refletir acerca dos impactos dos problemas de lentidão da investigação e do processamento criminal na sociedade;
3. Conhecer as ações que vem sendo empregadas para diminuir estes problemas.

b) Disposições técnicas de caráter metodológico

~~1.~~ Recomenda-se realizar pesquisa documental e bibliográfica acerca das temáticas retromencioadas, considerando-se em especial as pesquisas atinentes desenvolvidas pelo Ministério da Justiça nos últimos anos.

A.12.2 Artigo Técnico

a) Questões orientadoras

~~1.~~ Quais foram os resultados e o impacto das Câmaras Técnicas de Monitoramento?

~~2.~~ Disposições técnicas de caráter metodológico:

~~3.~~ Recomenda-se fazer uma avaliação quantitativa e qualitativa dos resultados das Câmaras Técnicas de Monitoramento;

~~4.~~ Recomenda-se fazer a avaliação em pelo menos três estados.

~~5.~~ Sugere-se realizar entrevistas, grupos focais ou aplicar questionários com gestores ou profissionais de segurança pública e do sistema de justiça.

B.1 Homicídios no Brasil

O Brasil tem sido apontado nas pesquisas recentes como um dos países mais violentos do mundo, cuja taxa de homicídio anual em 2012 só ficou atrás de alguns países

da América Central e do Sul, além da África do Sul e do Lesotho, na África.[51] Segundo o Relatório Global sobre o Status da Prevenção à Violência 2014 da Organização Mundial de Saúde (OMS), enquanto em relação à taxa de homicídios o Brasil ocupou o 16º lugar no ranking mundial dos mais violentos, com 25,2 homicídios para cada grupo de 100 mil habitantes, em relação ao número de homicídios, o Brasil concentrou cerca de 12% dos assassinatos do mundo em 2012, com 50.108 pessoas. A taxa mundial de 2012 foi de apenas 6,2 assassinatos por grupo de 100 mil habitantes.

Em 2013, o número de assassinatos no Brasil aumentou para 56.646 pessoas, um aumento de 3,4% em relação a 2012. Os homicídios no Brasil afetam mais aos homens (91,5%), jovens (53% tinham de 15 a 29 anos) e negros (30,5%).[52] A violência de gênero (que inclui estupros e feminicídios) e doméstica também se revelam particularmente importantes, afetando mais às mulheres (Waisefiltsz, 2012).

Este fenômeno tem sido crescente no Brasil na última década, visto que houve crescimento de 8,6% na taxa de homicídios no país, enquanto que no mundo houve redução de 16% entre 2000 e 2012.

Muitos são os fatores que podem contribuir para este crescimento e que concorrem como causas para ocorrência dos assassinatos, sendo leviano afirmar que a qualquer causa isolada possa ser atribuída "a causa" de fenômeno como um todo. Realidades sociais são sempre complexas e assim devem ser consideradas quando da análise de qualquer fenômeno social. Assim, cabe aos analistas e gestores, em primeiro lugar, conhecer como o fenômeno tem sido enfrentado pelos estados a fim de vislumbrar um painel das estratégias eficazes para lidar com o problema.

B.2.1 Caderno de Debate

a) Disposições técnicas de caráter descritivo

Postula-se que este Caderno de Debate permita ao leitor, pelo menos:

1. conhecer a gravidade do fenômeno de homicídios no Brasil;

[51] Cf. OMS. (2014). **Relatório Global sobre o Status da Prevenção à Violência 2014**. Luxemburgo: Organização Mundial de Saúde, PNUD e UNODC.
[52] Dados do SINESP (Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública)/ Ministério da Justiça, 2013.

2. compreender como a prioridade política sobre o crime de homicídios pode induzir uma melhoria da segurança pública como um todo;
3. conhecer como a segurança pública e o restante do sistema de justiça criminal pode contribuir para o combate desse fenômeno num território;
4. conhecer exemplos de iniciativas dos estados no enfrentamento do fenômeno dos homicídios;
5. conhecer o papel das políticas socioeconômicas no combate dos homicídios no longo prazo.

b) Disposições técnicas de caráter metodológico

1. Recomenda-se realizar pesquisa bibliográfica e documental acerca em periódicos nacionais e estrangeiros, além de livros e demais relatórios e documentos produzidos sobre o assunto.

B.2.2 Artigo Técnico

a) Questões orientadoras

1. Quais iniciativas voltadas para a redução de homicídios podem ser encontradas nos estados? Que características semelhantes e distintas podem ser encontradas nas diferentes estratégias usadas pelos estados?
2. Qual avaliação das iniciativas isoladamente ou em conjunto pode ser feita no tocante à redução das ocorrências dos homicídios?
3. Que princípios deveriam ser adotados pelos estados para implantação de novas iniciativas à luz das experiências precedentes?

b) Disposições técnicas de caráter metodológico

1. Recomenda-se fazer análise comparativa das estratégias adotadas pelos estados e seus resultados, contemplando dados secundários e informações do Sinesp, dados sociodemográficos do IBGE, bem como de outras estatísticas oficiais;
2. Recomenda-se, alternativamente ou cumulativamente, realizar avaliação em profundidade de pelo menos duas iniciativas, utilizando técnicas quantitativas e qualitativas.

ANEXO II – TABELA DE CRITÉRIOS E DE PONTUAÇÃO TÉCNICA

CRITÉRIOS	PONTUAÇÃO
Critério I – Adequação ao tema, às diretrizes e as questões fundamentais propostas	Até 12 pontos
Critério II – Estratégia metodológica: avalia o método, o instrumental teórico, bem como a viabilidade temporal e orçamentária para execução da pesquisa.	Até 12 pontos
Critério III – Estratégia de acesso ao campo e aos dados, contida na metodologia.	Até 12 pontos
Critério IV – Titulação dos membros da equipe de pesquisa. (A existência de coordenador de pesquisa com título de doutor em áreas relacionadas com o tema de candidatura é condição obrigatória para aprovação do projeto).	Até 4 pontos
Critério V – Experiência dos membros da equipe em pesquisas relacionadas com a área temática de candidatura. (Foco nos últimos 5 anos)	Até 4 pontos
Critério VI – Experiência dos membros da equipe na execução de pesquisas empíricas e aplicadas. (Foco nos últimos 5 anos)	Até 4 pontos

Observação importante: Deverão ser descritas e comprovadas nas propostas as informações pertinentes ao julgamento dos critérios IV a VI, mesmo que constantes em currículos *lattes*, sites institucionais, diretórios e grupos de pesquisa publicamente disponíveis. Os currículos lattes de todos os membros da equipe deverão ser anexados à proposta em meio impresso e digital (CD ou DVD).

.

ANEXO III - MODELO DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

(itens obrigatórios das propostas)

Com o objetivo de auxiliar as instituições proponentes, elaborou-se uma lista de itens que deverão obrigatoriamente constar nas propostas a serem enviadas. Todavia, essa lista NÃO substitui os parâmetros indicados no corpo deste edital.

1. Indicação inequívoca do tema da proposta (transcrição literal de um dos temas disponíveis);
2. Projeto de Pesquisa (máximo 20 laudas)

    2.1. Objeto

    2.2. Justificativa

    2.3. Questões norteadoras (conforme Anexo I)

    2.4. Objetivos/diretrizes de pesquisa (conforme Anexo I)

    2.5. Metodologia (contendo estratégia de acesso ao campo e aos dados)

    2.6. Cronograma*

    2.7. Orçamento (Conforme Anexo IV)**

    2.8. Contrapartida

    2.9. Bibliografia

* A apresentação do cronograma detalhado de realização da Pesquisa deve estar de acordo com os prazos de entrega dos produtos:

- Produto inicial:
- Produto parcial:
- Produto final:

** A apresentação do orçamento (conforme anexo IV) com a descrição dos custos de execução da pesquisa e dos prazos para a utilização dos recursos oriundos do apoio financeiro (cronograma de desembolso), deve conter:

- Planejamento das ações que serão executadas com os recursos que estarão disponíveis em cada etapa da pesquisa, conforme os prazos de entrega dos produtos, prevendo, inclusive, eventuais taxas administrativas e deslocamentos à Brasília/ DF;
- Definição prévia da partilha dos recursos a serem utilizados para remuneração direta do coordenador-doutor e dos membros de sua equipe de pesquisa, bem como para os demais custos correlatos à realização do projeto;

3. Anexo com a apresentação da equipe de pesquisa (conforme o Anexo V), contendo:
    - Coordenador com título de doutor na área relacionada com área temática da candidatura;
    - Currículo *lattes* dos membros;
    - E-mail de cada um dos membros;
    - Telefones do coordenador para contato.
4. Anexo com apresentação da experiência dos integrantes da equipe de pesquisa (conforme Anexo VI), com ênfase na área temática de candidatura e na execução de pesquisa empírica e aplicada, nos últimos 5 anos.
    - Deverão estar descritas e comprovadas as informações pertinentes ao julgamento deste item mesmo que constantes em currículos *lattes*, sites institucionais, diretórios e grupos de pesquisa publicamente disponíveis.
5. Anexo com comprovação de regularidade fiscal:
    - Contrato ou Estatuto Social e sua última alteração registrada;
    - Inscrição Municipal;
    - Inscrição Estadual;
    - Certidão Negativa de Débito Municipal;
    - Certidão Negativa de Débito Estadual;

- Certidão Negativa de Débito Conjunta de Tributos Federais e Dívida Ativa da União;
- Certificado de Regularidade de Situação do FGTS;
- Declaração de que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de que não emprega menor de dezesseis anos, ressalvado o emprego de menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz;

6. Assinatura do representante legal da instituição proponente;
7. Caso o projeto seja apresentado em conjunto com outras instituições, deve-se apresentar:
    - Parceria devidamente comprovada;
    - Definição clara e prévia da divisão de trabalho;
8. Entrega ou envio da proposta via SEDEX até o dia 09 de novembro de 2015, no seguinte endereço:

SENASP – SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA
Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública
Coordenação Geral de Pesquisa e Análise da Informação
SCN 06 - Torre A - 1º andar - Sala 112 -Edifício Venâncio 3000
CEP 70.716-900 - Brasília (DF)

9. O envelope deve conter:
    - A inscrição “Projeto Pensando a Segurança Pública - Edital 3” e a identificação da instituição;
    - A proposta impressa em 01 via, em papel timbrado da instituição, com todas as folhas rubricadas e a última folha datada e assinada pelo representante legal da instituição proponente, sem rasuras ou emendas.
    - Proposta completa em meio magnético (CD-ROM ou DVD).

ANEXO IV – MODELO PARA APRESENTAÇÃO DO ORÇAMENTO

CATEGORIA	ITEM DE DISPÊNDIO	VALOR UNITÁRIO	UNIDADE	QTD	Especificação (sem marcas de produtos)	VALOR TOTAL
Equipamento e Material Permanente	Notebook		un	1		
	Impressora com Scanner		un	1		
	Mini Gravador Digital		un	1		
	Câmera Digital		un	1		
	Navegador GPS		un	1		
Passagens (ida e volta)	Passagem aérea Rio de Janeiro - Manaus - Rio de Janeiro		un	2		
	Passagem aérea Rio de Janeiro - Brasília- Rio de Janeiro		un	2		
Diárias	São Paulo / SP - 2 pessoas - 2 dias		un	4		
	Goiânia / GO - 2 pessoas - 4 dias		un	8		
	Porto Alegre / RS - 2 pessoas - 10 dias		un	20		
	Belém / PA - 2 pessoas - 6 dias		un	12		

Material de Consumo	Material de expediente		verba	1		
	Cartuchos de impressora		un	3		
	Tonner de impressora		un	3		
	Cartões de memória para câmera digital		un	4		
Terceiros - Pessoa Jurídica	Impressão, e fotocópias		verba	1		
	Bases Estatísticas ...		verba	1		
	Diária aluguel de veículos - trabalho de campo em		un			
Terceiros - Pessoa Física	Coordenador ...		mês	10		
	Pesquisador 1...		mês	5		
	Pesquisador 2 ...		mês	4		
	Pesquisador assistente ...		mês	8		
	Revisor de texto		serviço	1		

Obs.: É vedado o pagamento a servidor público na ativa, exceto professores de universidades públicas tal como previsto neste edital.

Alterações no orçamento só poderão ser feitas desde que adequadamente justificadas e formalizadas.

É vedada a previsão de pagamento de publicação, assim como editor e diagramador de texto.

TODOS os orçamentos deverão incluir a previsão de pagamento de **revisor de texto** para o produto final (relatório).

ANEXO V – MODELO PARA APRESENTAÇÃO DA EQUIPE DE PESQUISA

Nome completo do membro da equipe	Função na pesquisa proposta	Atividades na pesquisa proposta	Observações
Fulano de tal	Coordenador	Coordenará a pesquisa como um todo; Elaborará os instrumentos de pesquisa; Estabelecerá os contatos com os sujeitos e instituições pesquisados; 4) etc.	
Fulano de tal	Pesquisador (Doutores, Mestres, Especialistas e/ou Graduados)	fará o levantamento dos dados primários junto às instituições pesquisadas; viajará para a cidade tal para efetuar as entrevistas de tais e tais atores; coordenará o grupo focal tal; 4) etc.	
Fulano de tal	Assistente de Pesquisa (Graduados)	alimentará o banco de dados estatístico e produzirá a sistematização dos dados quantitativos da pesquisa; Ou supervisionará e orientará o consultor na tabulação dos dados; atuará como apoio na realização dos grupos focais; 3) etc.	
Fulano de tal	Auxiliar de Pesquisa (graduandos)	degravará as entrevistas; alimentará o banco de dados estatístico; 3) etc.	

ANEXO VI – MODELO PARA APRESENTAÇÃO DAS EXPERIÊNCIAS DE PESQUISA DA EQUIPE

Nome completo do membro da equipe	**Função na pesquisa proposta**	**Experiências de pesquisa**	**Período da pesquisa**
Fulano de tal	Coordenador	Nome da pesquisa; função exercida na pesquisa; instituição dentro da qual ou para a qual fez a pesquisa; tipo de pesquisa (aplicada? Empírica? Etc.) Nome da pesquisa; função exercida na pesquisa; instituição dentro da qual ou para a qual fez a pesquisa; tipo de pesquisa (aplicada? Empírica? Etc.) Nome da pesquisa; função exercida na pesquisa; instituição dentro da qual ou para a qual fez a pesquisa; tipo de pesquisa (aplicada? Empírica? Etc.) 4) etc.	Mês/ ano a mês/ ano Mês/ ano a mês/ ano Mês/ ano a mês/ ano 4) etc.
Fulano de tal	Pesquisador (Doutores, Mestres, Especialistas e/ou Graduados)	Nome da pesquisa; função exercida na pesquisa; instituição dentro da qual ou para a qual fez a pesquisa; tipo de pesquisa (aplicada? Empírica? Etc.) Nome da pesquisa; função exercida na pesquisa; instituição dentro da qual ou para a qual fez a pesquisa; tipo de pesquisa (aplicada? Empírica? Etc.) Nome da pesquisa; função exercida na pesquisa; instituição dentro da qual ou para a qual fez a pesquisa; tipo de pesquisa (aplicada? Empírica? Etc.) 4) etc.	Mês/ ano a mês/ ano Mês/ ano a mês/ ano Mês/ ano a mês/ ano 4) etc.
Fulano de tal	Assistente de Pesquisa (Graduados)	Nome da pesquisa; função exercida na pesquisa; instituição dentro da qual ou para a qual fez a pesquisa; tipo de pesquisa (aplicada? Empírica? Etc.)	Mês/ ano a mês/ ano Mês/ ano a mês/

		Nome da pesquisa; função exercida na pesquisa; instituição dentro da qual ou para a qual fez a pesquisa; tipo de pesquisa (aplicada? Empírica? Etc.) Nome da pesquisa; função exercida na pesquisa; instituição dentro da qual ou para a qual fez a pesquisa; tipo de pesquisa (aplicada? Empírica? Etc.) 4) etc.	ano Mês/ ano a mês/ ano 4) etc.
Fulano de tal	Auxiliar de Pesquisa (graduandos)	Nome da pesquisa; função exercida na pesquisa; instituição dentro da qual ou para a qual fez a pesquisa; tipo de pesquisa (aplicada? Empírica? Etc.) Nome da pesquisa; função exercida na pesquisa; instituição dentro da qual ou para a qual fez a pesquisa; tipo de pesquisa (aplicada? Empírica? Etc.) Nome da pesquisa; função exercida na pesquisa; instituição dentro da qual ou para a qual fez a pesquisa; tipo de pesquisa (aplicada? Empírica? Etc.) 4) etc.	Mês/ ano a mês/ ano Mês/ ano a mês/ ano Mês/ ano a mês/ ano 4) etc.